



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 39

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 25 de Março de 1998

**Presidente:** *Deputado Joaquim Ponte (em substituição do Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Deputado Dionísio de Sousa)*

**Secretários:** *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início pelas 15.30 horas.*

#### **Período de Antes da Ordem do Dia.**

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, passou-se de imediato à discussão do **Voto de Protesto** apresentado pelo PCP na sessão anterior "pelo facto da decisão do processo da fusão da Escola Básica 2 da Horta com a Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel Arriaga, ter sido tomada sem audição prévia dos órgãos escolares e organismos representativos dos professores, trabalhadores não docentes, pais e alunos, quer pelo facto da decisão não ter sido ainda anulada depois de se conhecer a discordância dessas entidades"

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*) e Nuno Almeida e Sousa (*PP*).

O voto em apreço foi aprovado por maioria.

Posteriormente, iniciou-se o período destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região onde usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Azevedo (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Luís Resendes (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Berta Cabral (*PSD*), Madrugada da Costa (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Élio Valadão (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), João Greves (*PP*), Herberto Rosa (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), José

Maria Bairos (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), João Forjaz Sampaio (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

### **Período da Ordem do Dia**

Como primeiro ponto da ordem de trabalhos foi presente o **Projecto de Decreto Legislativo Regional "Recuperação da habitação degradada"**.

A apresentação do respectivo projecto coube ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*), tendo ainda usada da palavra para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*) e Rui Pedro Ávila (*PS*).

Por fim, foi votada a **Proposta de Resolução que declara findo o período legislativo de Março** a qual obteve a unanimidade da Câmara.

*Os trabalhos terminaram às 20.20 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para o Sr. Secretário proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, João Luís Santos, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Rui Pedro Ávila; Vasco Cordeiro; **PSD** - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Bolieiro, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt; **PP** - João Greves, Nuno Almeida e Sousa; **PCP** — Paulo Valadão)*

**Presidente:** Estão presentes 44 Srs. Deputados. Temos quorum para iniciar os nossos trabalhos.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura do expediente.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Dos professores da Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga, um abaixo-assinado a manifestarem o descontentamento sobre a junção das Escolas EB2 da Horta e Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Um ofício do pessoal não docente da Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga, manifestando o

seu profundo descontentamento e repúdio pela junção das Escola EB2 da Horta e Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Da Associação de Pais e Encarregados da Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga, um ofício remetendo a deliberação tomada em reunião de Assembleia Geral de Pais e Encarregados de Educação cuja votação mereceu apenas uma abstenção.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Da Presidente do Conselho Directivo da Escola Básica 2 da Horta, um ofício enviando cópia de um documento endereçado ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, cujo assunto é a "unificação da Escola Básica 2 da Horta com a Escola Secundária G/B Dr. Manuel de Arriaga".

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): De um grupo de habitantes da Ilha das Flores remessa de um abaixo-assinado dirigido à Exa. Directora da RTP-Açores exigindo, que até à cobertura das Ilhas das Flores e do Corvo pelo Canal 1, a RTP-Açores volte à programação que tinha antes de Dezembro de 1997.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Um abaixo-assinado do pessoal não docente da Escola Secundária Geral e Básica 2 da Horta, manifestando o seu profundo desagrado pela unificação das Escolas EB2 da Horta com a Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Um requerimento do Sr. Deputado Regional do Partido Socialista João Carlos Macedo que diz o seguinte:

"Face a notícias vindas a público sobre a alegada instalação, na Ilha de São Miguel, de uma empresa francesa que pretenderia dedicar-se à produção do chamado "ananás-bebé" e, fazendo eco da perturbação que tal possibilidade tem levantado no âmbito dos tradicionais cultivadores de ananás da Região, já a braços com problemas de diversa natureza que têm sido difícil ultrapassar;

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, tenho a honra de requerer a Vossa Excelência que, pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente, me sejam dados os possíveis esclarecimentos sobre o fundamento de tais notícias e, havendo-o, qual foi ou vai ser a actuação daquele departamento no processo em causa.

Antecipadamente agradeço, com os melhores cumprimentos.

Horta, Sala de Sessões da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 24 de Março de 1998.

**O Deputado Regional do PS: João Carlos Macedo."**

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): De um grupo de Srs. Deputados do Partido Social Democrata, um requerimento que diz o seguinte:

" Considerando que o I.C.P. tem vindo a fechar rádios locais por estas não possuírem alvará de licenciamento para o exercício de radiodifusão sonora;

Considerando a importância que estas rádios têm não só como companhia e entretenimento das populações, mas também como forma de

informação, participação e divulgação sócio-cultural das nossas pequenas comunidades;

Considerando a fragilidade que a geografia impõe às nossas ilhas, relevando a importância das rádios locais, nomeadamente a nível de protecção civil;

Considerando a especial apetência para esta actividade, traduzida nos últimos tempos no aparecimento de vários projectos acarinhados por colaboradores e entidades privadas e públicas, como por exemplo as Autarquias;

Considerando que o Despacho Normativo 86/88, prevê a atribuição de frequências para todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores e, nomeadamente para aqueles que ainda não têm rádios locais licenciadas;

Considerando que face à legislação em vigor o licenciamento destes projectos carece de abertura de concurso para atribuição de Alvará, mediante diploma do Governo da República;

Considerando que ao Governo Regional compete intervir junto do Governo da República, no sentido de defender questões de interesse da Região.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, vêm ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requerer o seguinte:

1.º - Informação sobre a posição do Governo Regional sobre esta matéria.

2.º - Relato das medidas tomadas pelo Governo desde Novembro de 1996.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Março de 1998.

**Os Deputados Regionais:** Sidónio Bettencourt, Duarte Freitas, José Maria Bairos, José Manuel Bolieiro, Manuel da Silva Azevedo."

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Sr. Deputado Regional José Francisco Salvador Fernandes, do Partido Social Democrata o seguinte requerimento:

"Considerando que as Ilhas das Flores e do Corvo e as suas gentes, à semelhança das outras parcelas e respectivas comunidades que compõem a nossa Região Autónoma, necessitam e têm direito à informação, nomeadamente aos meios de Comunicação Social tutelados pelo Estado;

Considerando fundamental o serviço público que a RTP/Açores vem prestando aos açorianos (residentes e da diáspora), nomeadamente contribuindo para a unidade dos Açores neste processo de construção da nossa Autonomia;

Considerando a intenção publicamente expressa há cerca de dois anos e meio pelo Governo da República e várias vezes apoiada pelo Governo Regional, de efectuar a cobertura televisiva dos Açores pelo Canal 1 da RTP;

Considerando que neste processo, como aliás, em muitos outros, como é exemplo o recente caso do cabo de fibra óptica, as Ilhas das Flores e do Corvo foram negativamente discriminadas ficando sem acesso ao sinal que já chega aos Açores através do Canal 1 da RTP;

Considerando que as populações das Flores e do Corvo se sentem indignadas por mais esta manifesta falta de respeito e incumprimento de

promessas e compromissos assumidos por parte do Governo da República e do Governo Regional dos Açores.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requeiro ao Governo Regional, as seguintes informações:

1. Para quando prevê o Governo que o Canal 1 da RTP chegue às Ilhas das Flores e do Corvo e quais as diligências entretanto efectuadas junto do Governo da República?
2. Quais os custos e para quando se prevê a ligação às Flores e ao Corvo do cabo de fibra óptica?

Horta, Sala das Sessões, 24 de Março de 1998.

**O Deputado Regional:** *José Francisco Salvador Fernandes.*"

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Requerimento do Sr. Deputado Regional Aires Fagundes Reis, do seguinte teor:

" Considerando que o Governo Regional anunciou para Maio a conclusão do Projecto do Porto da Calheta;

Considerando que o comunicado do Conselho do Governo de 97/Julho/16, refere que o projecto de protecção e ampliação do Porto da Calheta visa apenas "melhorar" a sua operacionalidade no que respeita ao transporte de passageiros e actividades piscatórias;

Considerando ser de importância fundamental para a Ilha de São Jorge que o Porto da Calheta sirva a cabotagem e a pesca industrial, dada a existência local de indústrias exportadoras, incluindo a transformação de pescado;

Considerando que em resposta a um requerimento meu de 10 de Outubro de 1997, o Governo fugiu a uma resposta concreta sobre a questão;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicito a V. Exa. se digne questionar o Governo Regional sobre o seguinte:

1. O projecto que está a ser elaborado para protecção e ampliação do Porto da Calheta, contempla ou não a navegação de cabotagem e o apoio à pesca industrial?

Calheta, 24 de Março de 1998.

**O Deputado Regional:** *Aires António Fagundes Reis.*

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Deputado Regional Aires António Fagundes Reis, do Partido Social Democrata, o seguinte requerimento:

"Considerando que o Governo Regional já anunciou publicamente a intenção de ter a circular entre as ilhas no período Primavera/Verão de 1998, barcos rápidos de passageiros;

Considerando que, segundo tudo indica, os itinerários desses barcos vão determinar em boa medida os percursos do turismo interno;

Considerando que a pequena dimensão da maior parte dos nossos concelhos e ilhas propicia desequilíbrios sócio-económicos apreciáveis pelo simples facto de os itinerários marítimos serem desviados artificialmente durante o período estival;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicito a V. Exa. se digne obter do Governo Regional respostas às seguintes questões:

1. Algum dos barcos rápidos que irão ligar as ilhas dos Açores no período Primavera/Verão de 1998 pode operar no Porto da Calheta?
2. Se pode, consta esse porto dos circuitos pré-definidos?
3. Se não pode, estão previstas quaisquer alternativas de transportes marítimos para o Concelho da Calheta?

Calheta, 24 de Março de 1998.

**O Deputado Regional:** *Aires António Fagundes Reis.*"

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Dos Deputados Regionais, Berta Cabral, José Manuel Bolieiro, Manuel Azevedo, Humberto Melo e Ana Gomes Silva, o seguinte requerimento:

"Considerando que o Programa do Governo foi aprovado no pressuposto de uma real contenção de despesas correntes;

Considerando que os custos com pessoal são a rubrica com maior peso no conjunto daquelas despesas;

Considerando que a Presidência do Governo deve ser o primeiro departamento a seguir estas orientações, até para exemplo dos demais;

Considerando que têm sido inúmeros os assessores, adjuntos, ajudantes e secretários/as a serem requisitados e contratados para os vários departamentos e em especial para a Presidência do Governo;

Os Deputados do PSD, ao abrigo da legislação aplicável, requerem a seguinte informação:

- Listagem das pessoas ao serviço da Presidência do Governo, na presente data, currículo e respectivo conteúdo funcional;

- Vínculo contratual e quadro a que pertencem, em caso de requisição ou destacamento;

- Vencimentos auferidos por cada uma e entidades que os suportam;

- Grupos de Trabalho e Comissões constituídos no âmbito da Presidência do Governo, sua composição e remunerações associadas;

- Relatórios de progresso dos grupos de trabalho e das Comissões acima referidas.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Março de 1998.

**Os Deputados Regionais:** *Berta Cabral, José Manuel Bolieiro, Manuel Azevedo, Humberto Melo e Ana Gomes Silva.*"

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta ao requerimento n.º 0004 do Senhor Deputado Mark Silveira Marques do Partido Social Democrata, cujo assunto é "Obras no Porto da Fajã do Ouvidor".

"Sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. O Porto da Fajã do Ouvidor, na Ilha de São Jorge, foi danificado em consequência dos temporais ocorridos em Dezembro último, tendo sido, de imediato, vistoriado por um técnico da Direcção Regional das Pescas (DRP);

2. Embora tratando-se de um "portinho", sem expressão significativa para as pescas, procedeu-se à elaboração de um estudo com vista à necessária intervenção, por forma a repor o normal funcionamento do mesmo;

3. No período de 14 a 27 de Janeiro p.p., realizou-se o processo de consulta a diversas empresas, tendo a obra sido adjudicada, em 2 de Fevereiro p.p., à empresa JORGEOBRAS pelo preço de Esc. 7.964.000\$00;

4. A intervenção no Porto da Fajã do Ouvidor iniciar-se-á logo que as condições meteorológicas o permitam.

Com os melhores cumprimentos.

**O Secretário Regional Adjunto da Presidência:** *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.*"

**Secretário (José Ramos Aguiar):** Do Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência resposta a um requerimento cujo assunto é "Dívidas do Serviço Regional de Saúde":

" Em resposta ao requerimento n.º 3464 dos Srs. Deputados António Rua Elavai e José Élio Valadão Ventura do Partido Socialista, sobre o assunto em referência, cumre-me transmitir a Vs. Exas. a seguinte informação:

1. As dívidas a fornecedores do Serviço Regional de Saúde reportadas a 30.11.97, ascendiam a 5.180.987 contos (anexo I).

2. O atraso não é homogéneo. Por um lado, estão os Hospitais e os Centros de Saúde de Lajes, Santa Cruz da Graciosa, Praia da Vitória, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande, com dívidas desde Março/Abril de 1997 (Hospital da Horta — Janeiro de 1997); por outro lado, temos as restantes unidades de saúde com dívidas desde de Junho/Julho de 1997.

Porém, na primeira quinzena de Janeiro, foi disponibilizada uma linha de crédito no valor de 1.700.000 contos e antecipados os duodécimos de exploração de Novembro e Dezembro, no valor global de 1.563.832 contos.

Neste contexto, contando com a facturação do mês de Dezembro (ainda não disponível), o valor da dívida em Janeiro deverá rondar os 3,5 milhões de contos.

3. Relativamente ao ponto 3 do requerimento, sobre as dívidas no final dos anos de 1992 a 1996, junto um quadro com a informação solicitada (anexo II).

Com os melhores cumprimentos.

**O Secretário Regional Adjunto da Presidência:** *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.*"

\* (Os quadros acima mencionados encontram-se arquivados no respectivo processo)

**Secretário (Guilherme Pinto):** Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo Próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que "transpõe para o ordenamento Jurídico Interno a Directiva 93/120/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro, que altera a Directiva 90/534/CE, do Conselho, de 15 de Outubro, relativa às condições de política sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de aves de capoeira e ovos

de incubação". Revoga o Decreto-Lei n.º 227/92, de 21 de Outubro, a Portaria n.º 231/93, de 22 de Fevereiro e a Portaria n.º 640/93, de 5 de Julho.

Desceu à Comissão de Economia, Finanças e Plano para parecer.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo Próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que "adequa o regime de apoio especial a conceder aos proprietários ou arrendatários de habitações situadas na Região Autónoma dos Açores e nos distritos de Beja, Évora e Faro, total ou parcialmente destruídas ou em risco de derrocada, em resultado dos fenómenos climatéricos anormais ocorridos em Outubro e Novembro de 1997".

Baixou à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo Próprio, envio do Projecto de Resolução que cria o "Observatório do Comércio".

Baixou à Comissão de Economia, Finanças e Plano para parecer.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo Próprio, envio do Projecto de Decreto Regulamentar que "regulamenta o Concelho Sectorial do Comércio, criado pelo Decreto-Lei n.º 222/96, de 25 de Novembro (Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia).

Baixou à Comissão de Economia, Finanças e Plano para parecer.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo Próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que "restringe a utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina na alimentação humana e animal e na preparação de medicamentos e outros produtos" (Revoga o DL n.º 32-A/97, de 28 de Janeiro e aplica a Decisão 97/534/CE, de 30 de Julho de 1997).

Baixou à Comissão de Economia, Finanças e Plano para parecer.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Deu entrada na Mesa, oriundo do Grupo Parlamentar do PSD, o Projecto de Decreto Legislativo Regional cujo objecto é "Recuperação de habitação degradada".

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, deram entrada os seguintes pareceres:

- Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Reestrutura a carreira de técnico-adjunto de serviço social".

- Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece condições mais favoráveis para o acesso à pensão de invalidez por parte das pessoas infectadas pelo HIV".

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Da Comissão de Economia, Finanças e Plano deram entrada os seguintes pareceres:

- Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "altera o DL n.º 366/90, de 24 de Novembro, relativo ao acesso do transporte público rodoviário de mercadorias".



- Parecer sobre o Projecto de Resolução que "Cria uma Comissão com o objectivo de investigar, desenvolver e apresentar uma proposta de delimitação da plataforma continental de Portugal".

- Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "cria o Instituto Marítimo Portuário (IMP) e extingue a Direcção Geral de Portos e Navegação e Transportes Marítimos, o Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos e o Instituto de Trabalho Portuário.

- Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "aprova o regulamento tarifário aplicável aos portos nacionais".

**Presidente:** Terminado este ponto, vamos passar, de acordo com o nosso Regimento, à discussão do Voto de Protesto apresentado ontem nesta Assembleia pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Poderão intervir nesta discussão, de acordo com o n.º 2 do artigo 91.º, um deputado de cada um dos Grupos Parlamentares, pelo período máximo de 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ontem apresentámos o nosso voto e esta matéria esteve aqui diversas vezes em análise e apreciação, mas achamos que continua válida a proposta por nós apresentada em relação a este assunto.

Aliás, como afirmámos numa discussão posterior, continuamos a não compreender a razão do adiamento do respectivo voto e por isso pensamos que esta matéria poderia ter sido discutida ontem.

Porém, ainda bem que não foi, porque, conforme foi lido na correspondência recebida na Mesa, ainda hoje continuamos a receber abaixo-assinados dos professores das escolas em causa.

Há relativamente pouco tempo, recebemos por fax um abaixo-assinado subscrito, segundo creio, por quase todos os professores da Escola Dr. Manuel de Arriaga e uma fotocópia de um ofício que endereçaram ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, onde manifestam a sua oposição na aplicação do diploma da junção das duas escolas, considerando inoportuna e onde, inclusivamente, também criticam aquilo que o Sr. Secretário considera de diálogo com os professores e que os mesmos, por sua vez, consideram não ter havido esse diálogo durante as reuniões efectuadas nessa escola.

Por isso mesmo, continua na ordem do dia o nosso protesto pelo modo como todo este processo foi conduzido, principalmente pela falta de diálogo que existiu.

Aliás, julgo que não é demais voltar a repetir aquilo que ainda ontem aqui afirmei, ou seja, esta falta de diálogo é preocupante, não só em relação ao que se passa neste momento com as escolas da Horta, mas também em relação ao que se está a passar em toda a nossa Região e que vem traduzido nos ofícios recebidos na passada semana e até mesmo já nesta, oriundos da Direcção Regional da Educação e da Secretaria Regional, no

que se refere à junção das diversas escolas, no sentido das escolas básicas integradas.

Nós temos sido alertados por professores de várias escolas no que se prende a essa matéria e pensamos que deverá ser implementado um diálogo profundo entre a Secretaria, a Direcção Regional e as escolas, no sentido de limar arestas, como já ontem referimos, e colmatar dificuldades e contribuir para que estes processos sejam aceites por parte do corpo docente e discente dessas escolas e dos funcionários.

Por tudo isto, pensamos que este voto será mais um alerta não só em relação a esta escola, mas em relação a todos estes problemas que neste momento estão em latência num grande número de escolas da nossa Região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pediu o adiamento da discussão deste voto e tínhamos razão, porque ainda hoje chegou ao nosso poder, por exemplo, a deliberação que efectivamente foi tomada na Escola Básica 2 da Horta, pelo seu Conselho Pedagógico, em reunião do dia 19 de Março do corrente em que — e passo a citar o que está na acta — "deliberou por maioria a adesão à fusão da Escola Básica 2 da Horta e Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga, nomeadamente os delegados do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.ºs grupos e educação musical num total de 8 votos alegando os seguintes motivos..."

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Foram 8 votos!

**O Orador:** A Sra. Deputada desconhece o que é que quer dizer 8 votos na Escola Básica da Horta.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** São muito poucos!

**O Orador:** Não sabe o que é que isso quer dizer. Se soubesse quantos são os eleitores já sabia o que é que significa 8 votos.

Chegou aqui a posição de um dos órgãos que nós entendíamos que deveria ter sido ouvido na escola, ou seja, o Concelho Pedagógico.

Outra das posições que tínhamos visto na reunião da Comissão que era necessário ouvir, era a própria Associação de Estudantes que também distribuiu ontem um comunicado onde se pode ler e passo a citar:

"A Direcção da Associação jamais aceitará que os alunos desta escola sejam utilizados como argumento na defesa de posições que têm mais a ver com questões de estatuto de professores, do que propriamente com interesses pedagógicos de estudantes.

A Direcção da Associação não aceita que os argumentos de que a fusão não presta porque os alunos da preparatória ficarão viciados no tabaco e na droga e prejudicados no seu aproveitamento escolar pelo contacto com os alunos desta escola.

Os alunos da Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga não são marginais nem viciados.

Finalmente a Direcção da Associação saúda todos os estudantes desta escola no Dia do Estudante":

Terminam dizendo que recusam-se a ser geração rasca, "desenrasquem-se e não se sirvam de nós".

Estes são por exemplo dois dos pareceres que ainda hoje nos chegaram às mãos e tal como nós dissemos, continuaremos naturalmente a receber os pareceres que foram pedidos às diversas instituições.

Ontem tínhamos razão quando achámos que devíamos prolongar por mais algum tempo esta discussão, para podermos ouvir os parceiros sociais.

Não temos dúvidas e ainda bem que assim foi, mas devo lembrar que esta decisão foi tomada ontem.

Esta Assembleia pronunciou-se e naturalmente o Governo Regional dos Açores estará, e não tenho dúvidas, a tomar as iniciativas necessárias para o cumprimento da deliberação desta Casa.

Portanto, esta é uma situação que foi "ultrapassada" na votação que fizemos ontem e resta ao Governo cumprir, o que já está fazendo e pelas informações que vamos colhendo, a deliberação que ontem aqui tomámos.

Portanto, na nossa perspectiva este Voto de Protesto não faz sentido, isto é, neste momento, é uma questão perfeitamente ultrapassada.

**Presidente:** Para participar nesta discussão, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de congratular-me pelas afirmações do Sr. Deputado Francisco Sousa quando disse que a recomendação aprovada ontem nesta Casa, era para dar cumprimento. Congratulo-me com essa posição, porque não era a posição do Sr. Secretário quando terminámos o debate.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** É mentira!

**O Orador:** Relativamente à questão que o Sr. Deputado refere no que diz respeito ao adiamento da discussão do Voto de Protesto, é legítimo, é regimental. Quero-lhe dizer que, embora tenha aduzido a essa situação — parecia-me que tinha sido por outro motivo — ontem, depois de se ter aprovado nesta Casa um Voto de Saudação pela passagem do Dia do Estudante, em que se dizia inclusivamente que "ultrapassada que está a concepção segundo a qual o estudante era considerado como um simples objecto do processo educativo", a seguir a isto viesse a ser aprovado um Voto de Protesto que **condena** claramente a postura de um membro do Governo e que inclusivamente não ouviu os interessados nos quais estão incluídos os respectivos alunos e estudantes, de facto, era uma grande contradição para este Parlamento.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não ouviu?!

O Sr. Secretário teve a coragem de estar com eles!

**O Orador:** Quanto à questão de dizer aqui que tem razão sobre a posição do Conselho Pedagógico da Escola EB2, Sr. Deputado Francisco Sousa, essa foi a posição tomada pelos delegados, **posição pessoal** dos delegados.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Oh Sr. Deputado, tenha tolerância. Aquilo era uma acta do Concelho Pedagógico!

**O Orador:** Eu tenho aqui o ofício que foi enviado ao Sr. Secretário e que transmite a posição do corpo docente no Concelho Pedagógico e que foi a seguinte:

"Posição dos professores manifestada no Conselho Pedagógico por cada um dos delegados..." — está aqui e o seu grupo parlamentar também recebeu isto — " ... 33 votos contra a fusão, 10 a favor e 7 abstenções". Esta é que é a verdade!

**Deputada Natividade Luz (PS):** Como é que o Conselho Pedagógico teve 33 votos contra?!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Os delegados foram para lá representar a posição da escola!

**Deputada Natividade Luz (PS):** O Sr. não diga disparates!

**O Orador:** Eu não estou a dizer disparates, a Sra. é que está talvez a dizer alguns!

Sobre considerações relativamente à oportunidade do Voto de Protesto e na sequência daquilo que aqui ontem foi debatido— e o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais sabendo que isto ia ser debatido, ausentou-se o que considero uma situação que merece ser reprovada — ...

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** *Muito bem!*

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso toca as raias da paranóia!

**Deputada Natividade Luz (PS):** O Sr. está a fazer juízos de valor!

**O Orador:** ... a minha intervenção de ontem fica prejudicada com o ofício que hoje foi recebido e ao qual o Sr. Deputado do PCP já fez referência, mas eu não resisto a ler para que todos os deputados desta Casa tenham conhecimento.

Diz o seguinte:

"Na sequência da reunião que V. Exa. teve com o pessoal docente e não docente da Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel de Arriaga relativa à fusão das escolas EB2 da Horta e SGB Dr. Manuel de Arriaga, queremos por este meio testemunhar-lhe:

1. A nossa total condenação em relação à postura com que veio reunir connosco, pois embora dizendo ser uma pessoa dialogante, mostrou ser sempre intransigente e estar indisponível para qualquer alteração, por mais pequena que fosse à situação que criou.

2. A nossa profunda indignação pela total ausência de respostas concretas, objectivas e convincentes às questões colocadas pelos presentes, remetendo V. Exa. sempre as decisões para a responsabilidade directa do corpo docente que teria, assim, de assumir o odioso de muitas situações que esta forçada fusão acarretará.

3. A nossa apreensão por nunca se dispor a assumir frontal e institucionalmente todas as implicações que esta fusão irá fatalmente

provocar, especialmente as que se relacionam com a possibilidade real da redução de quadros.

4. A nossa perplexidade por constatarmos que esta medida foi implementada sem previamente se terem equacionado todas as suas reais consequências, pois só assim poderemos compreender a nebulosidade e incerteza de muitas das respostas que nos foram dadas.

Por tudo isto, manifestamos a V. Exa. a nossa total oposição à aplicação do diploma que institui tão inoportuna fusão." — Seguem-se 87 assinaturas.

Perante isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu julgo que não seria necessário fazer mais quaisquer outras considerações, mas tenho que fazer, sobretudo porque a atitude do Sr. Secretário é uma atitude que foi reprovável e merece também aqui a nossa reprovação pelo facto da forma como depois tentou falar com os professores e com os seus representantes. O Sr. Secretário tentou claramente dividir os professores, várias foram as tentativas, inclusivamente a vinda rápida de emergência para reunir no Sábado com os Conselhos Directivos antes de reunir com os professores, quando tinha uma reunião marcada para as nove e meia da Segunda-feira.

Mais:

O Sr. Secretário **tentou aliciar** professores para dividi-los!!

**Deputada Natividade Luz (PS):** Prove!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** É provável!!!

Eu provo se quiser!!!

**Quer que eu prove?!**

**Quer que eu prove?!**

Peça que eu provo!!!

**Presidente:** Sr. Deputado Eugénio Leal, pedia-lhe que terminasse a sua intervenção, porquanto ultrapassou já o seu tempo.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu terminei o meu tempo, mas tinha mais algumas declarações para fazer, no entanto julgo que perante tudo isto, ainda bem que o Partido Socialista pediu para que o Voto não fosse votado ontem, tendo assim dado a oportunidade de toda a Câmara saber claramente os resultados da reunião que o Sr. Secretário teve ontem ou anteontem com os professores e funcionários da Escola Dr. Manuel de Arriaga.

**Deputada Natividade Luz (PS):** O que o Sr. disse aí foram coisas muito lindas!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção do Sr. Deputado Eugénio Leal, eu ouvi aqui alguns apartes ou considerações — não sei bem o que é que se deve chamar — que para mim são falta de educação.

**Deputado João Cunha (PSD):** Atrás de si.

**O Orador:** Atrás e ao lado, Sr. Deputado, ou melhor, por todo o lado.

No entender do Partido Popular e no seguimento daquilo que aqui foi dito ontem pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PP, Deputado Alvarino Pinheiro, o cerne deste Voto de Protesto continua a ser pertinente.

Lamento o facto de o Partido Socialista ter precisado de mais um dia para tornar a ouvir coisas que não tinha necessidade nenhuma de ter ouvido. Podia ter sido tudo no mesmo dia.

De facto, não houve um empenho de diálogo por parte do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, porque se tivesse havido esse empenho, se o Sr. Secretário tivesse ouvido o tal Conselho Pedagógico cuja acta não tenho dúvidas de existir, porque também a conheço e sou daqueles que defende o primado do pedagógico sobre seja o que for dentro das escolas, não hajam dúvidas que se isso tivesse sido feito atempadamente, se calhar ontem não tinha havido o "fórró" que houve nesta Casa e hoje não se tinha continuado nesta pouca vergonha, porque é isto que se está aqui a passar!

Como entendemos que continua actual o tema central deste Voto de Protesto, vamo-nos juntar a ele e vamos manter a nossa posição nesta matéria.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma segunda intervenção. Recordo que dispõe apenas de 1 minuto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Sousa veio procurar defender o indefensável.

V. Exa. sabe muito bem, tal como eu sei, que o Conselho Pedagógico não é um órgão que possa pôr e dispôr da escola. Ele está sujeito, como qualquer órgão democrático das escolas, à opinião dos professores, do plenário dos professores.

Sr. Deputado Francisco Sousa:

Quando o Sr. fala num Conselho Pedagógico de 8, ou 10, ou até mesmo de 12 pessoas,...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** 19.

**O Orador:** ... o Sr. esquece que temos na nossa posse, oriundo dessa mesma escola, um abaixo-assinado da maioria absolutíssima desses professores que dizem: "Não queremos!".

**Deputada Natividade Luz (PS):** Não são só os Srs. Professores que mandam nas escolas!

**O Orador:** Por outro lado, ainda hoje recebemos, como aliás já foi afirmado, depois da reunião do Sr. Secretário, um abaixo-assinado da esmagadora maioria dos professores da outra escola a dizer novamente: "Nós não queremos!".

Perante isto, Sr. Deputado Francisco Sousa, V. Exa. como Deputado poderá não acatar. Porém, eu como professor e o Sr. também, devíamos acatar e respeitar a vontade soberana destes professores maioritariamente expressa e aqui assumida com assinaturas.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Parecendo que estão encerradas as intervenções, vamos passar à votação deste Voto de Protesto.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto apresentado pelo PCP, mantenham-se por favor conforme se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Voto de Protesto apresentado pelo PCP, foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 21 votos contra do PS.

**Presidente:** Encerrado este ponto, vamos passar ao período seguinte destinado às **Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.**

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, dando continuidade a um programa de trabalho que inclui visitas a todas as Ilhas da Região durante esta legislatura, visitou a Ilha do Pico de 9 a 13 de Março último.

Uma visita longa, exigida pela dimensão da Ilha e pelo querer das gentes, mas preenchida até à exaustão na ânsia de nos inteirmos "em extensão e profundidade dos problemas, desafios e reivindicações da população picoense".

Não que isso não fosse do conhecimento teórico de todos os deputados — são problemas, desafios e reivindicações constantemente trazidas a esta Casa pelos deputados do PSD eleitos pelo círculo de Ilha — mas porque o conhecimento vindo do contacto directo com as pessoas e com os problemas ajuda a entender para melhor actuar.

Esta nossa visita "é mais um exemplo de novas atitudes na oposição caracterizadas pelo trabalho constante, inovação e credibilidade e por um diálogo com as populações que passa pelas acções dos deputados em cada ilha" — e aqui está um exemplo disso: um trabalho efectuado pelo Deputado Duarte Freitas e por mim próprio durante alguns meses, em conjugação com **todas as Juntas de Freguesia da Ilha** e que refere as necessidades em caminhos de penetração, florestais e agrícolas, e que entrego ao Sr. Presidente da Assembleia para que o faça chegar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente —...

*(Neste momento é entregue na Mesa da Assembleia Legislativa Regional o respectivo documento)*

... dizia, um trabalho feito pelos deputados de Ilha, "mas também pela acção conjunta de todo o Grupo Parlamentar".

No final da visita demos conta, em conferência de imprensa, do que de mais importante vimos e ouvimos no Pico. Do positivo e do negativo.

E, no dizer do meu colega Duarte Freitas, como "quem não age, reage", como quem não é capaz de ser Governo, continua com a mania que é oposição, os deputados do PS eleitos pelo círculo do Pico reagiram, opuseram-se.

E vai daí, logo no primeiro parágrafo do seu reactivo comunicado, acusam o Grupo Parlamentar do PSD de querer protagonismo e denunciam um pretenso tom de desânimo por nós veiculado. Lamentam, ainda, não termos encontrado nada de positivo e chamam-nos "arautos da desgraça". De permeio, obedientes a recentes instruções, incensam o líder que veio trazer "outro fulgor e inovação à nossa Região"(Sic).

Os Senhores Deputados reactivos não leram o nosso comunicado ou leram-no superficialmente. É um comunicado propositadamente equilibrado e com exemplos do que encontrámos de positivo e do que de negativo continuamos a detectar. O nosso comunicado traduz, sobretudo, uma atitude pedagógica de recomendação ao Governo, como compete aos deputados, para que inicie ou acelere as obras e as acções que o Pico reclama, há muito.

Sim! Há muito! Pensam os Senhores que temos algum complexo em reconhecer que nos tempos dos Governos PSD se deveriam ter satisfeito mais algumas necessidades do Pico? Não temos. Sempre o dissemos nos "fóruns" próprios e do modo que, em cada momento, julgámos conveniente.

Agora, quem disse que vinha resolver tudo, quem disse que "connosco o Pico não será mais uma Ilha adiada", foram os Senhores. Compete-nos exigí-lo. Fizemo-lo antes, reclamamo-lo agora, não baixaremos os braços, nem calaremos a nossa voz no futuro.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** "Não se vislumbra no Pico a grande mudança", "encontramos no Pico uma população descrente", são algumas das afirmações do nosso comunicado. E se algum "pecado" o nosso comunicado contém ou continha, é não ter traduzido com exemplos bastantes esse tom de descrença. Mas vou citar alguns e vou introduzir aqui um outro que me ocorreu nos últimos dias:

Os Picoenses disseram-nos que queriam ir à Expo ao mesmo preço dos micaelenses - 30.000\$00.

*(Risos da bancada do PSD)*

Culpavam o Governo e a SATA por esta discriminação.



**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): A SATA?! Os operadores!

**O Orador:** Deixe-me acabar, Sr. Secretário!

Depois de nos informarmos, informámos os nossos interlocutores: afinal, tratava-se dum operador privado que, na linha do que vinha fazendo há anos, alugara um avião à SATA para efectuar charters entre Lisboa e Ponta Delgada. Ainda que não satisfeitos, ouviram.

Imaginem qual não terá sido o espanto dos meus conterrâneos? — o nosso foi grande!. Quando viram o Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos, ao lado do Senhor Presidente da SATA, — um destes dias — a assinar um protocolo em que aquela empresa pública dava para a Expo uma contribuição privada de dois mil contos com dinheiros públicos. Anunciavam ao mesmo tempo, com pompa e circunstância, que a SATA vai fazer viagens de Abril a Outubro a 30.000\$00 entre Ponta Delgada e Lisboa. Referiam-se a esta operação que acabei de referir, à operação charter dum operador privado que nada tem a ver com o Governo e com a SATA, a não ser o aluguer do avião.

**Deputado José Maria Bairos** (*PSD*): Publicidade enganosa!

**O Orador:** Ou é a SATA, e fá-lo para todas as ilhas e não discrimina ninguém, ou é um operador privado e o Governo não tem o direito de apresentar a operação como sua ou da SATA. É publicidade enganosa e é condenada por lei!

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Eu posso provar que as tarifas vão baixar pela primeira vez!

**Deputado António Meneses** (*PSD*): Já estamos fartos de ouvir isso!

**Deputada Berta Cabral** (*PSD*): Já deviam ter baixado há um ano e meio!

**O Orador:** Não enganem mais as pessoas ou então desenrasquem-se, porque os picoenses, os corvinos, os jorgenses, os florentinos, os graciosenses, os marienses, os terceirenses — faltou algum? — ...

*(Risos da bancada do PSD)*

... vão estar continuamente a reclamar para que sejam tratados igualmente! Não dissemos, por exemplo, e devíamos ter dito, que a Adegas Cooperativas, segundo informações recentes, verá o seu projecto de ampliação e modernização adiado para o próximo QCA. Como se custasse "mundos e fundos" — 80.000 contos apenas, a maioria dos quais comparticipados por fundos comunitários.

Quisemos dar à nossa visita um sentido mais pedagógico que derrotista, um tom, apesar de tudo, construtivo, para que dos estudos se passe à prática, para que das intenções se passe à obra. Sim, porque do

comunicado do PS o que mais se extrai é um rol de estudos e intenções e um calendário de obras que, a cada Plano que passa, se vão adiando.

Se tivessem lido com atenção o nosso comunicado, se fossem menos obedientes ao líder, que manda avançar as "tropas", rapidamente e em força, contra o PSD, disparando para tudo o que mexe, veriam que apontámos como positivo o trabalho que se está a fazer nas Escolas do Pico, a necessidade que se vai sentindo da formação profissional, a urgência da consolidação e aceleração dos projectos da Lacto-Pico e Picolaze, que vão andando, concomitantemente com estímulos aos agricultores para que produzam mais leite a fim de elevarem os seus rendimentos e viabilizarem a nova fábrica. E podíamos apontar mais, como a preparação de legislação que discipline o "Whale Watching" para que os ecologistas fundamentalistas não tentem acabar com uma actividade promissora nascente, ou ainda, o levantamento do património imóvel da nossa Região, que começou pelo Pico, e que o Instituto Açoriano de Cultura em colaboração com o Governo, está fazendo nos Açores.

Não partilham connosco, Senhores Deputados Socialistas, estas constatações e estes desejos?

Ao que de negativo apontámos, os Senhores reagem com poeira e com cortinas de fumo e não contestam uma única afirmação do nosso comunicado. Alguns exemplos:

1. **O Governo não começou no Pico uma única obra de sua iniciativa política.** Não nos referem uma única.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** E o dinheiro quem é que o pagou?!

Tal tristeza!

**O Orador:** 2. **O Governo desperdiçou 300.000 contos do Plano de 97 para estradas no Pico.** Só é necessário saber para onde foram...!

3. **Parque de retém do Porto Comercial de S. Roque prometido para o Verão de 1997** — foram estes ouvidos e outros que aqui estão que ouviram esta promessa. Os Srs. Deputados Socialistas atiram a bola para a frente. Vai ser aberto o concurso.

4. **O Museu do Pico permanece à deriva pois, enquanto lhes são dadas novas tarefas, o seu quadro de pessoal é exíguo.** Mais uma bola para a frente. Dizem os Socialistas: "brevemente vão ser admitidas mais duas pessoas".

5. **Associações de Agricultores.** Dos muitos assuntos tratados na nossa reunião, foi por nós referido um único, por chocante. O imbróglio com a importação de compostos para animais. E não dissemos tudo, por decoro.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Também nós!

**O Orador:** Mas os Srs. Deputados Socialistas acusam-nos de falta de ética política. Então aí vai: Morreram neste Inverno, no Pico, animais à fome — segundo o Presidente da Assembleia Geral da Associação de Agricultores, ele próprio veterinário.

E ficamo-nos por estes exemplos do positivo, do negativo, do pedagógico da nossa visita e com os projectos e intenções do Governo e do PS para o Pico.

Para o Grupo Parlamentar do PSD:

Falar da Ilha que visitou oficialmente, sem dizer do continuado adiamento dos problemas e da sua solução;

Falar da Ilha, falar do Pico, sem dizer que, de novo, nada e o que se vê é um arrastar lento e penoso de obras que, há muito, deviam estar concluídas (estradas, obras do porto comercial com o parque de retém, limpeza de ribeiras);

Falar da Ilha, do nosso Pico, que durante este ano e meses de governação socialista viu inauguradas duas únicas obras, praticamente concluídas no anterior mandato.

Falar da Ilha, da tal "que não mais será adiada", sem referir que desapareceram 400.000 contos da 1ª versão para a 2ª versão dum Plano, destinados à reabilitação do Matadouro.

Falar da Ilha, daquela que para este Governo continua a ser "ilha do futuro", sem referir que para as questões complicadas continuam os estudos (aeroporto, consolidação do porto comercial, protecção da orla marítima das Lajes).

Falar do Pico, sem dizer que este Governo nada fez pelo vasto património baleeiro a não ser o anúncio de legislação enquadradora, que por acaso e felizmente congratulo-me com isso, foi apresentada ontem aqui pelo Sr. Deputado Manuel Serpa.

Falar da Ilha, falar do Pico, sem dizer da satisfação que sentimos com o trabalho dos nossos autarcas, significativamente reeleitos em Outubro passado.

Falar da Ilha, "da Ilha Grande, em mistérios, em pedras negras, em esquecimento" (segundo Urbano Bettencourt), sem dizer tudo isto, será embalar o povo em celestial e anestésiante música.

Apesar disto tudo, o Povo do Pico teima em cuidar do corpo e do espírito - "mens sana in corpore sano":

Veja-se a internacional "corrida dos Reis", que movimenta muita gente jovem com os craques nacionais e internacionais como atracção e exemplo.

Vejam-se os nossos jovens campeões de "Corridas em Patins," já com grande projecção nacional e internacional.

Vejam-se as actividades culturais que as nossas escolas e outras instituições têm promovido com grande abertura à comunidade. Vejam-se os museus, os mais visitados dos Açores, atendendo à temática atractiva que encerram e que perpetuam a odisseia marítima da nossa gente.

Vejam-se as nossas filarmónicas, tunas, ranchos de Natal, orquestras onde a juventude e a qualidade imperam.

Apesar de tudo, o Grupo Parlamentar do PSD congratula-se, porque os Picoenses resistem fortes, porque forte é, como sempre foi, o homem do Pico.

Quem construiu milhares e milhares de quilómetros de muros de pedra negra que fizeram os currais de vinha, as canadas e os "girões", quem ergueu "maroiços", autênticos monumentos de resistência e força, à procura dum palmo de terra que desse pão, não perde a esperança...

O Grupo Parlamentar do PSD espera que o que profetizou em S. Roque, em 1972, o poeta Almeida Firmino, não se concretize:

Para que esta Ilha - dizia o poeta - não seja

"Sempre o mesmo horizonte  
- mar, névoa, a ilha em frente e (...)  
não mais será diferente."

Disse.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Azevedo:

Em relação aos transportes aéreos gostaria de dizer de uma forma muito franca e aberta que este Governo está a lutar, com todos os meios para que realmente em Janeiro do próximo ano haja uma baixa significativa das tarifas aéreas.

A sua bancada e o Governo anterior são responsáveis pelo contrato leonino que a TAP ganhou e que envolve, só para exemplo, 10,2 milhões de contos e dessa quantia 628 mil são para fazer as viagens Porto Santo/Madeira e cerca de 75% de indemnizações compensatórias, que vão directamente para a Madeira.

Tudo isso foi feito com o consentimento do Governo Regional anterior.

Espero que — e este Governo está extremamente esperançado nisso e não leva disso uma glória pessoal, mas uma vitória de todos os partidos, de todos os açorianos — em Janeiro do próximo ano, as viagens que a SATA está a fazer actualmente por 30 contos sejam para todos os açorianos.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não é isso que está em causa!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**O Orador:** Como os Srs. sabem a SATA não é uma transportadora regular.

A SATA pediu à Direcção Geral de Aviação Civil para ser uma transportadora regular e este pedido vai ser emitido brevemente.

Actualmente o que a SATA está a fazer são voos charter.

Em Julho passado reuniu com todos os agentes de viagem, a propósito da Expo'98, e pediu para elaborarem pacotes turísticos junto com ela, para beneficiarem da grande movimentação de passageiros que a Expo'98 ia originar.

Em São Miguel movimentaram-se 2 operadores turísticos.

A notícia propagou-se e na Terceira já há agentes de viagens que se estão a preparar para solicitar à SATA que faça voos charters directamente Lisboa/Terceira.

É assim que as coisas se fazem.

A SATA tem uma empresa que faz o transporte inter-ilhas e que está sujeito a indemnizações compensatórias.

Tem uma outra empresa, a SATA-Internacional, que faz voos charter que não estão sujeitos a indemnizações compensatórias, portanto, têm que dar lucro e não podem dar prejuízo.

Eu não posso tirar um voo ao Corvo para que hajam voos para a Expo'98.

A SATA é uma empresa totalmente autónoma. O risco tem que ser dos privados.

No caso de São Miguel, houve dois privados que arriscaram fazer os voos charters. No caso da Terceira talvez os haja.

No entanto, a situação será totalmente diferente quando houver um voo regular...

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Isso não é novidade!

**O Orador:** ... que permita — daí nós não sermos adeptos da liberalização, somos adeptos de concurso feito rota a rota — que todos os açorianos tenham o mesmo preço no próximo ano e que os preços sejam significativamente mais baixos, para que não se repita o contrato vergonhoso que aconteceu no passado que o Governo anterior se não o aceitou, pelo menos, não protestou.

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS)*

*(Neste momento o Secretário Regional da Economia ausentou-se da sala de plenário o que provocou diversos protestos da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que fizessem silêncio, porque há mais inscrições de outros Srs. Deputados que pretendem obter esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu levanto-me apenas por uma simples razão, mas já que me levanto queria dizer claramente nesta Casa que não tenho nenhum complexo em que os Deputados do PSD ou qualquer deputado reclamem, protestem, critiquem e peçam para a minha ilha ou para outra ilha qualquer. Eu sempre o fiz.

É evidente que nestas coisas cada um extrai à lei da realidade os dividendos políticos que pretende e entende. Quem diz, tenta extrair e quem defende também extrai. Esta é a regra da política em geral.

Eu só me levantei pelas palavras ofensivas que foram ditas naquela tribuna, porque eu ouço bem.

Eu não admito que nenhum dos Srs. Deputados do PSD me dê lições de trabalho ou de defesa em nome da Ilha do Pico!

Que isto fique aqui bem claro!

Eu **não admito nem esquecerei** que nenhum dos Srs. Deputados da Ilha do Pico me dê lições seja de que género for, como deputado, como parlamentar ou como defensor da Ilha do Pico!

Eu só me levantei precisamente para me defender, porque eu também tenho dignidade, tenho um passado, tenho honra e pretendo sair daqui em pouco tempo com a cara lavada!

Mas já que estou em pé, queria dizer que me **espanta sobremaneira** estas coisas pequenas que aqui foram ditas e que tenham escamoteado as grandes coisas.

Eu não me vou alongar, porque daqui a pouco vou falar da questão fundamental para o Pico, a qual o Sr. esqueceu, ou seja, a saúde. Eu vou falar sobre ela.

Para recordar o passado e para esclarecer os presentes.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Pelo menos agora já não morrem no canal!

**O Orador:** Eu não tenho problemas desse género. Esteja descansado.

Apenas quero dizer que em relação a muitas coisas aqui levantadas, projectos eu posso fazer 20, mas é preciso executá-los.

Em 1992 fez-se um projecto para a Escola da Madalena para acabar em 94. Em 1995, já havia ferrugem em blocos e já estamos em 1998 e ainda não acabou.

Contar histórias para quê?!

Os Srs. deixaram cair o pavilhão!

O grave não é fazer ou prometer, mas deixar cair um pavilhão e uma escola. E os Srs. deixaram cair um pavilhão e uma escola, o pavilhão e a escola das Lajes do Pico. Pelo menos tivessem deitado a mão para eles não caírem!

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Eu quando estive lá não vi nada caído!

**O Orador:** Não viu cair, mas esteve um ano sem funcionar porque lá não se podia entrar, mas estas coisas ficam para outra vez.

Porém, só queria lembrar que em relação ao aeroporto do Pico, há um estudo célebre que levou 14 meses a concretizar, tendo-se concluído que nada podia ser feito, porque nada era para fazer, só que agora nós vamos fazer!

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

**Deputado Luís Resendes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já sei que os Srs. Deputados do PSD vão visitar todas as ilhas dos Açores e também já sei antecipadamente qual é o diagnóstico das vossas visitas.

*(Risos da bancada do PS)*

Eu até recomendo aos Srs. Deputados do PSD para que peçam aos vossos deputados das diversas ilhas que façam um diagnóstico das mesmas e assim não precisam de se deslocar a todas. Em seguida, fazem uma conferência de imprensa e fica tudo resolvido, sem irem visitar as ilhas. O diagnóstico já está feito, porque encontrarão sempre em todas as ilhas a desgraça, a descrença, as obras por fazer. Eu sei que será assim.

O melhor governo do mundo não faz as coisas todas.

Daqui a 10 anos haverá coisas para fazer por muito bom que seja o governo e os Srs nessa altura irão novamente dizer que encontram a desgraça e que está tudo por fazer.

Srs. Deputados, em que é que ficamos?!

Se o Governo faz, faz mal. Se o Governo não faz, é a razão do vosso contentamento.

Não sabemos em que é que ficamos.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Vá ao Diário das Sessões, Sr. Deputado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Pena é que o Sr. Secretário da Economia (não acredito que tenha fugido, ausentou-se por algum motivo, provavelmente de força maior) não esteja presente.

Eu não quero sequer imaginar que este Governo Regional desrespeite esta Assembleia depois dos recados que já lhe demos esta semana.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Já desrespeitou!

**O Orador:** Isto era o cúmulo. Era passarmos de "galos a galinhas"! Era uma coisa gravíssima!

**Deputada Berta Cabral (PSD):** E por 30 contos!

**O Orador:** Em relação à questão dos bilhetes de passagem vendidos pela Agência Abreu, cujo grande pecado foi contratar um avião da SATA, porque se tivesse contratado um avião da "North American", ninguém levantava aqui o problema. O pecado foi terem contratado um avião da SATA e foi o Sr. Secretário da Economia — que me perdoe a sua ausência — ter tentado tirar dividendos políticos disto.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Exactamente!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**O Orador:** Quando uma agência da Praia da Vitória contrata um avião da "North Eastern" para vir da América às festas de São João por 30 contos, ninguém se queixa; quando uma agência de Ponta Delgada contrata um avião da "North American" para ir às festas de Santo Cristo, ninguém se queixa. Como foi contratado um avião da SATA e o Sr. Secretário tentou tirar protagonismo político disso, toda a gente se queixou!

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** E com razão!

**O Orador:** Há mais uma questão: é que isto já não é a primeira vez que acontece com o governante em causa.

Há dias o Sr. Secretário disse que um certo grupo económico desta Região estava com o Governo. Coisa mais absurda eu nunca vi!

Esse tal grupo económico não está com ninguém, só está para a sua algibeira!

Em relação à importação de comidas para animais, o Sr. Deputado está mal informado...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Foi um mal entendido!

**O Orador:** Isto é mais ou menos como os blocos para as casas de Santa Maria!

A associação e os agricultores do Pico não importaram alimentos para os animais, porque não quiseram.

Pela primeira vez, depois de uma intervenção minha por causa de um requerimento que fiz em relação a um problema que levantei, legislou-se, em despacho do Sr. Secretário Regional, de forma a que todos os indivíduos, independentemente de pertencerem a associações, mas que fossem criadores de gado que quisessem importar comida para a Região Autónoma dos Açores recebam uma ajuda.

Portanto, não o fizeram, tiveram uma iniciativa empresarial e disto eu não tenho culpa.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Isso não é bem assim!

**O Orador:** Em relação ao serviço público de transporte aéreo, eu tenho pena que o Sr. Secretário não esteja presente, mas vou fazer um pequeno reparo, ou seja, o serviço público de transporte aéreo que temos é realmente caro, mas é um serviço de luxo, de primeiríssima qualidade.

Eu estou farto de viajar por esse mundo fora e em nenhuma parte do mundo as pessoas fazem uma reserva hoje e cancelam meia hora depois e passada novamente meia hora, tornam a fazer outra reserva, porque resolveram mudar a hora do avião, porque afinal a tia chega mais tarde no avião que vem não sei de onde.

Fazer isto e pagar barato, nunca chega a ser.

Barato são os charters contratados para ir à Expo. Esses é que têm a obrigação de ser baratos.

Obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, o meu protesto pelo facto de na bancada do Governo se encontrar apenas um secretário regional...

*(Risos da bancada do PS)*

**Deputado António Meneses (PSD):** Vocês disseram isso durante anos!

**A Oradora:** Isto tem que ser dito!



Nós estamos aqui a discutir problemas de interesse regional.

As sessões estão marcadas há muito tempo.

Não há razões de força maior que justifiquem e não é ir buscar o Boeing da SATA que justifica a ausência do Sr. Secretário da Economia.

Se o Sr. Secretário quiser tirar dividendos políticos como acabou aqui de ser dito, combinava a vinda do Boeing noutra altura qualquer.

Não é sair daqui às quatro e meia, depois de ter deixado ali um suspiro — foi um autêntico suspiro o que ele ali deixou!

Dizer-nos a nós que as tarifas vão baixar, pois eu digo-lhe que já deviam ter baixado há muito tempo!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Há que anos, Sra. Deputada!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Oh Sra. Deputada, pelo amor de Deus!

**A Oradora:** O Presidente do Governo na altura candidato, anunciou e pediu o milagre de Guterres sobre as tarifas da TAP!

**Deputado Francisco Sousa (PS):** E foi feito!

**A Oradora:** Desde essa altura que elas já deviam ter baixado.

Se pensa que ficamos preocupados com as tarifas da SATA a baixar, está muito enganado, porque vou achar sempre muito e vou exigir sempre mais!

**Deputada Natividade Luz (PS):** Pois claro!

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Claro! É mesmo assim!

**A Oradora:** O Sr. Secretário abordou esta questão da pior forma e sabem porquê? Porque foi a única que ele tinha, pois o que se passou de facto aqui com a SATA e com o abaixamento das tarifas, foi aquilo que disse o Sr. Deputado Almeida e Sousa.

O Governo usurpou poderes que não são seus, são dos privados. Tentou tirar dividendos políticos de uma iniciativa privada, de um negócio, de um comércio, de uma operação que apenas obedece aos encargos comerciais. Mais nada!

Tentou enganar o povo dos Açores o que aliás tem vindo a fazer há 16 meses...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** *Muito bem!*

**Deputada Natividade Luz (PS):** Isso é demagogia, minha senhora!

**A Oradora:** ... publicidade enganosa, todos os dias com a cumplicidade da RTP-Açores. Isto tem que ser dito aqui!

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** *Muito bem!*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**A Oradora:** Já chega de enganar os açorianos!

Julgam os Srs que os operadores privados que alugaram o avião à SATA, desconhecem as coisas?

O Sr. Secretário da Economia anda nisto há pouco tempo e se calhar não distingue um operador de um transportador, mas a SATA aqui é apenas o transportador, o operador é a Agência Abreu, já que aqui foi citada, eu também cito e não é para fazer publicidade!

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Pode fazer publicidade à vontade, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Eles é que são os operadores, eles é que constróem a tarifa e até lhe digo mais: não são 30 contos, se quer saber são 31.130\$00.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** E os centavos?!

**A Oradora:** O Governo não é que faz a tarifa, mas sim o operador turístico.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** O Sr. Secretário não mencionou quem é que fazia a tarifa!

**A Oradora:** A tarifa não é para ir à Expo, é para levar os turistas e as pessoas que se inscreveram e as que quiserem ir, quer vão para a Expo quer não vão.

Isto foi tudo uma manobra política, mais nada e é isto que tem que ser desmascarado!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Oh Sra. Deputada, pelo amor de Deus!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**A Oradora:** O que nós queremos são muitos aviões, muitos turistas, muitos charters e muito movimento, seja ele para o que for e para quem for!

O que não aceitamos são meias verdades, manipulações e ser enganados, porque nós não temos cara de sermos enganados.

Nós, açorianos, sabemos muito bem onde é que está a verdade!

É pena que não esteja aqui o Sr. Secretário da Economia, porque ele merecia ouvir isto e nós gostaríamos de ouvir a resposta dele.

Publicidade enganosa, **não!**

Já chega e nós estaremos sempre aqui para denunciar esta questão e no que respeita a todas as outras questões e não tenham dúvidas sobre isso!

É melhor começarem a tratar as coisas pelos seus nomes, nos devidos termos e com correcção!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A figura regimental que tenho que utilizar nesta matéria, é a figura do protesto, mas eu não quero fazer um protesto, quero fazer um lamento.

Quero lamentar por aquilo que de menos correcto esta saída intempestiva do Sr. Secretário Regional da Economia teve.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a bancada do Partido Socialista está connosco nisto.

Não é leal num debate parlamentar alguém fazer uma intervenção de resposta a quem quer que seja e não esperar para ser interpelado em seguida.

**Deputado António Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Eu não sou fundamentalista relativamente à presença do Governo nesta Sala. Nunca fui.

Não levei 20 anos a exigir a presença do Governo na sua bancada durante o tempo parlamentar.

Sempre achei que os Srs. Secretários também têm a sua agenda.

Porém, o que não pode ser, o que não se pode aceitar, é que alguém replicando uma intervenção seja de quem for, deixe o "ovo" e se vá embora!

Isto é inaceitável e os senhores sabem que eu tenho razão. Se houver alguém que ache que eu não a tenho, levante-se e diga!

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Azevedo, na medida em que ele referiu, até com um certo dramatismo, que os animais na Ilha do Pico tinham morrido à fome.

Essas coisas, quer por fome, quer por outros motivos, acontecem em toda a nossa Região.

Porém, venho de uma ilha que em termos de transporte, a sua situação é bem pior que as Ilhas do Grupo Central, uma ilha em que sempre houve rupturas nos abastecimentos, uma ilha onde a alimentação animal sempre teve alguns problemas.

Felizmente este ano, durante o último Inverno, esses problemas não se puseram para os agricultores florentinos, porque houve possibilidade de adquirir rações nas devidas condições e em abundância.

Segundo creio, de acordo com a legislação publicada, alguma dela era inclusivamente apoiada.

Por isso, gostaria que o Sr. Deputado esclarecesse a Câmara, precisamente sobre o que aconteceu na Ilha do Pico em relação ao abastecimento de rações para os animais, porque se há uma excepção no Pico, julgo que temos o direito de conhecê-la e em profundidade.

Em relação às suas palavras — desculpe-me, mas tenho que o dizer — quero manifestar a minha admiração por estar em contradição com aquilo que conheço no que diz respeito às outras ilhas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar um esclarecimento.

É verdadeiramente excepcional a situação de hoje, ou seja, de em nome do Governo, estar apenas eu nesta Casa.

O objectivo do Governo na sua relação com este Parlamento, não é este, mas por questões de agenda de diversos Secretários, nomeadamente do Sr. Secretário Regional da Economia, é que isto acontece.

De qualquer forma, eu estou aqui à vossa disposição e responderei àquilo que souber e transmitirei aos meus colegas de Governo aquilo que não souber responder.

Atendendo ao clima, eu pedia autorização para ir fumar um cigarrinho ali, mas não me vou embora, vou ficar até ao fim do debate.

Obrigado.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ó Sr. Secretário Regional não brinque com estas coisas!

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: No seguimento da intervenção feita pelo Sr. Secretário Regional Adjunto ao deixar registada a sua palavra, eu não posso deixar de ser sensível a ela. Toda a gente tem as suas agendas e eu próprio disse aqui que não sou fundamentalista nesta matéria.

O que não é aceitável — e isto permita-me que lhe diga — é que o Sr. Secretário tenha feito uma intervenção, replicando uma intervenção do meu colega de bancada, e não tenha esperado para ouvir a interpelação que lhe foi feita.

Se o Sr. Secretário tinha pressa muito bem, não tinha intervido.

Se interveio tem que esperar.

Aqui é que está o problema, até porque para tudo o quanto o Sr. Secretário disse havia resposta, e é neste sentido que lavrei o meu protesto.

Agradeço a sua explicação e registo-a com muito agrado.

**Presidente:** Finalmente, para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já foi quase tudo dito e esclarecido.

No entanto, em relação à questão posta pelo Sr. Deputado Manuel Serpa que se sentiu muito ofendido por uma expressão que eu teria utilizado aqui, gostaria de dizer que naturalmente o Sr. Deputado, bem como o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, trabalham no Pico.

Eu conheci o vosso trabalho anteriormente, conheço-o agora. Trabalham com certeza, mas também é verdade tudo aquilo que eu disse, ou seja, aquela expressão um bocado ligada à filosofia tomista, "quem não age, reage". Esta expressão também é verdadeira.

Também é verdade, que tenho a impressão que os Srs. ainda não se habituaram a ser um partido apoiante do Governo, comportam-se muitas vezes, talvez por vício, mais como oposição do que como partido do Governo e então reagem muito.

Relativamente à questão do passado, eu não tenho complexos nenhuns, mais propriamente quanto às escolas que deixámos cair ou que construímos.

Em relação às reparações que eram muito necessárias na escola das Lajes, os Srs. levaram um ano e não sei quantos meses para as iniciarem e curiosamente foram iniciadas no dia em que visitámos o Pico, como outras obras e outros anúncios que foram feitos na altura em que lá chegámos.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

**O Orador:** Agora, não tem nada a ver.

Relativamente à questão da rumifibra que os Srs. Deputados Nuno Almeida e Sousa e Paulo Valadão falaram, a única coisa que vos vou reafirmar foi aquilo que já disse e que nos foi dito, ou seja, houve problemas graves na importação de alimentos compostos para animais no Pico.

Como é que isso se passou em termos técnicos eu não sei, talvez o meu colega Duarte Freitas saiba explicar porque está mais por dentro disso, porém foi-nos dito isto e nós não o referimos no nosso comunicado.

Nós referimos essa questão dos animais que morreram à fome concretamente, numa região do Pico que é mais pobre em termos de terreno, porque os Srs. Deputados Socialistas acusaram-nos de falta de ética política relativamente a reuniões que tivemos com associações de agricultores.

Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Secretário da Economia, eu penso que não tenho mais nada para dizer, porque, de facto, foi muito grave a atitude que ele tomou em sair da Sala e também aquilo que ele disse, porque continua a insistir que é a SATA que vai fazer isto.

Então, se é a SATA, Sr. Deputado João Greves, Sr. Deputado José Manuel Nunes, Sr. Deputado Paulo Valadão "vamos-lhe às canelas"!

**Deputado João Greves (PP):** Ainda mais? Será que vai adiantar alguma coisa?!

**O Orador:** Se é a SATA, eles têm que tratar a gente por igual, ora essa!

Então porque é que ele não diz aquilo que é verdade, que é um operador privado, que o único pecado que cometeu, como disse o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa e muito bem, foi ter alugado um avião à SATA?!

**Deputado João Greves (PP):** Eu já não posso falar mais!

**O Orador:** E a questão das tarifas?

É a mesma coisa, "bola para a frente"!

Já os Srs. Deputados do PS no seu comunicado atiraram a "bola para a frente", isto é, — eu percebo pouco de futebol — uma equipa no fim do jogo quando está perdendo, o que mais faz é bombear bolas para cima da área!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Está enganado!

**O Orador:** E normalmente o que acontece é que a tática não funciona e a equipa perde sempre.

É o que vos vai acontecer.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Isso é que o que nós vamos ver!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas para clarificar aqui uma questão muito simples.

Em relação às preocupações do Sr. Deputado Manuel Azevedo, realmente houve importações de rumifibra e de outros compostos para animais subsidiados para a Ilha do Pico.

Porém, o que me chocou foi o dramatismo da questão, ou seja, morreram animais por fome.

Eu estou em posição, se as afirmações que os Srs. Deputados do PSD me dão são sérias e eu quero acreditar que sim, para dizer que ainda existem alimentos no armazém do Pico, embora a preços diferentes dos praticados pelas associações no início da campanha.

O que me chocou, e por isso fiz a referência — o Sr. Deputado que me perdoe se fui demasiado cáustico — foi ter-se dito que morreram animais por fome.

Ninguém morre com sede à beira da água!

Morre-se com sede por desmazê-lo à beira da água!

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Eu até disse quem era!

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Neste momento foi-me solicitada uma intervenção de esclarecimento acerca deste assunto dos alimentos compostos para animais, que este ano assumiram um novo modelo na sua distribuição pelas várias ilhas.

Assumiram um novo modelo, porque o ano passado houve uma grande polémica pelo facto de só as associações agrícolas terem possibilidade de, dentro das suas quotas, importarem esses alimentos, deixando de fora os privados.

Aliás, recordo-me de algumas discussões tidas nesta Casa o ano passado acerca deste assunto.

O que se passou este ano foi que, tentando remediar a situação, o Governo definiu quotas por ilhas e definiu também para a Ilha do Pico e permitiu aos privados e às associações que dentro das suas quotas importassem os alimentos.

Aconteceu que abriram as inscrições, a Associação de Jovens Agricultores e a Associação Agrícola da Ilha do Pico fizeram a sua inscrição junto da Cooperativa Agrícola de São Miguel para importar dentro da sua quota. Estava tudo acertado, só que entretanto um operador privado — e agora não vale a pena referir o nome — fez uma encomenda substancial, acabou por fazer com que as associações agrícolas não pudessem aceder às encomendas que tinham previsto e os associados dessas associações ficaram sem poder dispor dos alimentos.

Não vou referir aqui se o privado fez intencionalmente ou não açambarcamento, porque está vendendo a um preço diferenciado, não é isso que está em causa, o que está em causa é que este procedimento não correu bem.

Fica aqui o alerta, embora não esteja presente o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, mas está presente o Sr. Secretário para os Assuntos Parlamentares, de que isto não correu bem e o que é um facto, é que o

Presidente da Assembleia Geral da Associação de Agricultores da Ilha do Pico, que por acaso é veterinário, — não pusemos no comunicado, porque achámos que não devíamos dizer quem é que fez isso — mencionou este facto.

Aliás, isto foi confirmado também pelos representantes da Associação de Jovens Agricultores da Ilha do Pico.

Eu não sei quantas vacas é que morreram e onde foi, mas sei o que é que foi dito.

Foi isto que se passou e um dos argumentos que foi utilizado foi este, ou seja, o mau funcionamento da metodologia que foi adoptada este ano e as Associações fizeram várias intervenções, nomeadamente junto do Governo e do Sr. Director Regional do Desenvolvimento Agrário, sem conseguirem desbloquear a situação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional Adjunto:

Apenas para um pequeno esclarecimento, porque ficou aqui no ar — pelo menos eu entendi assim — que a culpa de existirem alimentos mais caros no mercado do Pico, deveu-se ao facto da intervenção de um operador privado. Eu não posso deixar de fazer uma referência a este assunto.

De facto, existe este operador privado que fez — e não se deve chamar de açambarcamento — uma compra grande e que vendeu a um bom preço, salvo erro, em 5\$00 superior àquele que as cooperativas estavam a fazer.

Há aqui uma questão que é indubitavelmente vantajosa, ou seja, o facto de se ter aberto este mecanismo de apoio também aos investidores privados, reduziu e em muito o preço de compra na origem.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu, que os fornecedores quer de rumifibra quer de luzerna, não são muitos por este mundo fora, existe um no Canadá e outro em Espanha.

O preço de custo baixou cerca de 40\$00 para cerca de 31\$80, o que é uma diferença muito grande.

Porém, houve aqui uma questão de circuitos que indiscutivelmente não funcionou. As Cooperativas e as Associações de algumas ilhas mais pequenas compraram à Cooperativa Agrícola da Ilha de São Miguel, quando deviam comprar directamente ao fornecedor em Espanha. Tinham encurtado o circuito e provavelmente diminuiriam os custos com essa importação.

Era esta a questão que eu queria deixar para não ficar no ar que o facto de se ter aberto o negócio do subsídio à importação de alimentos compostos para animais aos operadores privados, teria trazido o encarecimento destes produtos.

Os produtos que foram importados neste Inverno de 1997/98, também são similares aos produtos que foram importados no Inverno de 96/97.

Era só isto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O problema que aqui é colocado, continua, em meu entender, de certo modo confuso.

Eu, pessoalmente, não compreendo como é que uma associação de uma ilha, como é o caso da Ilha do Pico, não faz aquilo que conseguiram fazer associações de pequenas ilhas, ou seja, comprar alguns contentores de ração para bovinos no continente português com ligação directa de Lisboa para essas ilhas. É uma situação que eu tenho dificuldade em compreender.

No entanto, a meu ver, temos que tirar daqui uma outra ilação, ou seja, este modo, como desde alguns anos a esta parte se tem apoiado a agricultura em fase de carência, é que provavelmente deve estar errado.

Aquilo que devia ser feito, na nossa opinião, era um apoio ao rendimento dos agricultores em época de carência.

Assim, se um agricultor de determinada ilha, em época de carência, logo que seja provado que ela existe, deveria ter um apoio ao rendimento em função do rendimento efectivo que deveria ter e que não tem.

Aí, a situação estava colmatada, isto é, era o próprio agricultor que recebia o apoio e este deixaria de ser distribuído de outro modo.

Provavelmente, a situação terá que ser encarada desta forma e não com apoios à matéria prima.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A minha intervenção prende-se justamente com a importação de alimentos concentrados para animais e sem conhecer muito de perto a situação do Pico, parece-me que se está a empolar uma situação que, de facto, pela primeira vez parece ter funcionado bem nesta Região.

O PSD, mais uma vez, tentou inverter aquilo que funciona bem e aquilo que chega às pessoas e elas ficam satisfeitas.

Para além disso, a questão da morte dos animais do Pico, na minha opinião, é muito estranha, para não dizer despropositada e talvez sem fundamento, porque eu creio que poderá ter morrido algum animal por algum desleixo de algum produtor agrícola, mas não por falta de alimento, porque mesmo que o alimento não seja subsidiado, não acredito que nesta Região existam agricultores que deixem de comprar o alimento por ele custar mais 5 ou 10\$00, deixando o animal morrer. Eu não acredito nisto de forma alguma.

Pela primeira vez na Região, foi possível os agricultores optarem pela escolha dos locais onde poderiam efectuar a compra dos seus alimentos e pela primeira vez também na Região, não foi necessário os agricultores ficarem noites a fio à espera de aguardar a sua vez para muitas vezes não poderem ser servidos.

Desta vez, as opções de compra foram várias e da experiência que eu vi na Ilha Terceira, posso fazer constar aqui que de facto os agricultores e a



agricultura nesta ilha ficaram satisfeitos pela forma como este processo decorreu.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu desconheço como é que esta situação se passou nas outras ilhas.

Eu conheço apenas aquilo que nos foi transmitido na reunião com a Associação de Agricultores da Ilha do Pico e também com a Associação de Jovens Agricultores daquela ilha.

Não foi uma pessoa qualquer que o disse. Foi o Presidente da Assembleia Geral da Associação de Agricultores, que por acaso é veterinário e foi candidato pelo PS à Câmara Municipal da Madalena.

Não é o PSD que está a dizer isto. Foi esta pessoa que o afirmou.

Muito obrigado.

**Presidente:** Parecendo não haver mais esclarecimentos, vamos voltar às nossas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vasculhando algumas das muitas páginas escritas das intervenções que fizemos neste Parlamento, em relação à Ilha do Pico, verificamos que a nota dominante assentou, não raras vezes, no reclamar junto do Governo pela construção de infraestruturas básicas e para o encontrar de soluções atempadas para situações críticas que, por serem à partida muito difíceis de equacionar, necessitavam de serem devidamente enquadradas no campo social para que, desse modo, se minorassem os seus efeitos nefastos junto de tantos lares picarotos, de precária economia familiar, porque tem como principal fonte de rendimentos a produção de leite e ou também de carne.

Nalguns casos, o resolver desses problemas concretos deparou-se-nos de solução quase impossível, por parte dos Governos anteriores (V e VI Governos do P.S.D.) e até questionamo-nos a certa altura

Será que a Governação Regional Autónoma quer adiar eternamente tudo o que diga respeito à ilha do Pico? Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felizmente que apareceu outra sensibilidade para estas questões, no actual Governo Regional do P.S. sob a presidência de Carlos César, e sendo assim, houve já da parte deste Governo e da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente a coragem de procurar e trilhar novos caminhos para o encontrar de soluções, mesmo que estas não contemplando embora o pagamento integral das dívidas, são um sinal de esperança para quem já não acreditava que viesse a receber algo.

Estão neste caso os produtores de leite-credores da Empresa de Lacticínios Miragaia que, no quadro da Resolução n.º.4/95/A, de 23 de Março da A.L.R.A. viram este Governo tomar medidas concretas ou seja:

irão receber directamente cerca de 20% dos créditos que tinham perante aquela empresa. Confiamos que se consiga uma solução definitiva no que respeita ao saneamento financeiro da Lacticínios Miragaia, no âmbito da legislação nacional — Decreto-Lei n.º 140/97 — que criou uma linha de crédito às empresas agro-industriais para renegociação de dívidas

É também de realçar, ainda no âmbito da Resolução 4/95/A desta Assembleia, acima já citada, o compromisso que este Governo celebrou com a Lacto-Pico e que previa o pagamento das dívidas aos cooperantes-produtores de leite em três anos. Pouco mais de um ano se passou e essas dívidas estão quase completamente liquidadas. Foi também com o empenho da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente que a Lacto-Pico conseguiu renegociar o escalonamento das prestações e da taxa de juros, do empréstimo de 100 mil contos que havia contraído há mais de dois anos, para pagamento do leite aos seus sócios, o que permitiu algum desafogo financeiro imediato. O Governo assegura o pagamento dos juros e tudo fará para que a Lacto-Pico não volte a conhecer uma situação de rotura de tesouraria. Está em fase de conclusão o projecto da nova fábrica a construir em sequência dos acordos que, com a ajuda técnica deste Governo, proporcionaram o aparecimento da Picolaze. Como é sabido foi necessário reformular o projecto inicial, separando a recolha de leite, que fica a cargo da Lacto-Pico, da construção da unidade fabril que fica a cargo da Picolaze.

É com certeza, como reconhecimento público desta nova maneira de governar, de todo este esforço desenvolvido pelo Governo, plenamente conseguido nos objectivos a que se propunha — normalização definitiva da situação financeira da Lacto-Pico e do sector de lacticínios da ilha do Pico — a Direcção da Lacto-Pico propôs à Assembleia Geral do passado sábado, 21 de Março, um Voto de Louvor à Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, mais concretamente ao Senhor Secretário Fernando Lopes, pelas ajudas dadas a essa Cooperativa, voto esse que foi aprovado por unanimidade.

Fica assim registada nessa Assembleia essa significativa atitude dos sócios da Lacto-Pico. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outra velha aspiração dos Picarotos — o restauro e adaptação do Convento de S. Pedro de Alcântara, na Vila de São Roque do Pico — está em vias de solução, pois foi já publicado nos jornais locais o concurso público para arrematação da *empreitada de consolidação e recuperação das coberturas daquele Convento Franciscano e Igreja anexa*, exemplares únicos do património cultural do Pico

O início destas obras assume uma importância tal, que nunca é demais referir. É que, só agora se irão realizar obras de conservação naquele Convento, muito danificado pelo sismo do fim do ano de 1973, (já lá vão mais de 27 anos), que assolou a Ilha do Pico e danificou muitos edifícios em diversas localidades, com especial impacto na Vila de São Roque, designadamente naquele imóvel. Esses danos foram de tal monta que os serviços públicos concelhios, que desde 1835 estavam instalados naquele

Convento, o vieram a abandonar nos meses seguintes.

Sras. e Srs. Deputados, mais um investimento público que há muito era aguardado e que durante vários anos fez parte do rol de intenções do Plano dos Governos anteriores, agora encontrará finalmente concretização, na vigência da actividade deste VII Governo Regional

A opção quanto à sua adaptação para instalação de um **centro residencial para artistas e outros equipamentos culturais**, conforme consta da respectiva Acção do Plano da Região para 1998, poderá criar uma nova vertente na procura turística da nossa ilha, o que nunca é demais sublinhar.

Há, pois, indícios seguros de que a mudança governativa que se operou na Região, trouxe um outro fulgor e inovação à governação regional, quer queiram quer não, pois os factos, como os que acima apontamos, são disso prova evidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nunca, por nunca, na minha actividade política falei em nome de ninguém, a não ser daqueles que aqui represento, ou seja, os eleitores que me elegeram, nem por ordem de ninguém.

As palavras não me ofendem, apenas admira-me o tipo de discurso que aqui é trazido muitas vezes, talvez à míngua de melhores e mais consistentes argumentos para uma coisa tão simples que é um comunicado de qualquer partido político que qualquer deputado tem o direito de responder quando acha que aquilo que foi criticado não está bem, como também dá o direito de virem com réplicas e com outras réplicas. Tudo isso é normal em democracia.

O que às vezes não é normal é dizerem-se coisas que talvez só com o calor de debate aqui são trazidas.

Posso-vos adiantar mais algumas notas do comunicado que também vou entregar aqui na Mesa, para que algum dos Srs. Deputados que não tenha tido acesso à comunicação social, o possa ler com calma e tirar as suas ilações.

Quando nós dizemos "o estudo que este Governo"... é preciso que se note uma coisa: o VII Governo Regional só tem o Orçamento a entrar em vigor em Setembro de 1997.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Mas sempre foi assim!

**O Orador:** Nada havia na Secretaria Regional da Economia quanto a duas coisas fundamentais: quanto ao aeroporto e quanto ao porto de São Roque, Sra. Deputada.

Nada havia!

Foram encomendados os estudos à ANA — garante-me o Sr. Secretário — e em Abril deste ano teremos o projecto preliminar daquilo que se vai fazer no aeroporto do Pico.

Quanto ao porto de São Roque, foram entregues à Consulmar - não vou dizer o nome do engenheiro, qualquer deputado hoje pode consultar através de requerimento ou daquilo que entender como aliás é norma nesta Casa e muito bem ...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** E esperamos 11 meses!

**O Orador:** Não são 11 meses, Sr. Deputado.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não, são mais!

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** A resposta aos requerimentos, Sr. Deputado!

**O Orador:** Ah! Isso é natural!

A máquina que V. Exas. tinham montado realmente era muito perra, mas está começando a melhorar.

Quanto ao porto de São Roque, a Consulmar deverá ter esse estudo pronto ainda no mês de Abril e depois podemos congratular-nos e exigir aquilo que nós sempre temos exigido, ou seja, que a vertente de passageiros do Porto de São Roque venha para cá, Sr. Deputado Manuel Azevedo, porque nós já estávamos cá.

A Câmara de São Roque da qual eu me orgulhei de ser vereador, quando tomou posse em 94, exigiu do V Governo Regional e teve carta dizendo que isso ia ser concedido, mas de lá até hoje, nem o V nem o VI Governo nada fizeram de estudo nesse porto para o ordenamento da sua bacia anterior. Esta é que é a verdade, mas agora está sendo feito.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas uma nota que eu penso que se impõe fazer, porque já em diversas alturas ouvi, quer aqui, quer nas visitas que fazemos, a desculpa de que ainda não se fizeram certas coisas, porque o Orçamento de 1997 foi aprovado em Maio e publicado em Junho.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Tenho a impressão que foi em Setembro!

**A Oradora:** Em penso que está na hora de se fazer essa explicação.

Todos os orçamentos dos governos que iniciam mandato, são sempre aprovados nessa altura e nunca isso serviu de desculpa a ninguém, nem a governo nenhum, para levar por diante os seus compromissos.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Olhe que serviu!

**A Oradora:** Em 1996, o Governo Regional, como toda a gente sabe, apresentou um programa novo que foi aprovado nesta Assembleia, também viu o seu orçamento aprovado muito tarde e não foi isso que o impediu.

Neste caso de 97, o Governo ainda tem uma vantagem adicional, ou seja, foi aprovado, como todos sabem, um decreto que permite o aligeiramento dos procedimentos para lançamento dos concursos públicos ao abrigo das calamidades.

Haja vontade!

Projectos prontos, obras lançadas, obras adjudicadas, foi o que o Governo anterior deixou. Foi o que mais deixou, assim lhes dessem seguimento com o devido tempo, porque também nós percebemos porque é que há muitos projectos e muitas obras adjudicadas que não avançam em devido tempo.

O ano 2000 ainda está um bocadinho longe. Todos percebemos isso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um esclarecimento muito breve, aliás, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Efectivamente, os Governos anteriores tiveram a oportunidade de apoiar a indústria de lacticínios na Ilha do Pico.

Também queria dizer-lhe que na altura em que a empresa Martins & Rebelo ia fechar a sua fábrica, o Governo Regional de então apoiou-a e ela manteve-se aberta, a funcionar e continuou a operar.

Houve dificuldades, houve muitas complicações, mas as coisas foram andando e curiosamente aquilo que agora é uma medida muito boa, isto é, de que a Lacto-Pico vai à banca contrair um empréstimo para se financiar e pagar aos seus produtores e o Governo pagará os juros, na altura, em Junho de 1996, o Governo Regional não fez outra coisa, a Lacto-Pico foi à banca, até mesmo por diversas vezes, levantou o dinheiro necessário para financiar-se e pagar aos seus fornecedores e o Governo suportou os juros.

Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

Eu ouço-o sempre com muita atenção, com muito respeito e reconhecimento que o Sr. é muito indefectível e lutador pelas coisas dos Açores e da sua ilha, do seu círculo eleitoral, ou seja, o Pico.

Porém, o Sr. tem que nos dar também a possibilidade de nós sermos igualmente lutadores pela forma como encaramos estas coisas.

Sobre este Governo, e contando as excelências deste executivo, já passou um ano e meio, já houve tempo de se realizar coisas, já houve tempo de pegar no programa do Governo e ver realizações e nós temos sido muito pacientes, como o Sr. Deputado deverá compreender, porque em 1983, recordar-lhe-ia, 7 meses depois do V Governo Regional ter tomado posse, o Partido Socialista apresentou uma moção de censura, porque o Governo não estava a cumprir o seu programa, ao fim de 7 meses, Sr. Deputado. Nós já vamos no dobro!

Nós estamos aqui a fazer uma grande concessão em relação ao Partido Socialista.

Esta questão da moção de censura não é para aqui chamada, mas gostaria apenas de lembrar que nós já estamos a dar o benefício da dúvida há muito tempo, vamos tendo paciência e vamos aguardando as coisas até elas serem feitas com a bonomia que nos é própria, sem amargos e sem azedumes.

Já agora, no que se refere ao estudo para o aeroporto do Pico, ele existe. Ele estava na Secretaria das Obras Públicas e tanto estava que foi distribuída cópia aos Srs. Deputados e aos Srs. Presidentes das Câmaras

do Pico em Julho de 1996, mais precisamente quando o Governo visitou o Pico.

Se esse estudo não foi encontrado, é porque alguém não o encontrou, é porque a organização é imperfeita na ordenação das suas coisas.

De resto, Sr. Deputado, dentro da óptica em que essas coisas devem ser apreciadas — o que é bem feito é bem feito e o que não é bem feito não é bem feito — quem dá vazão e resolução ao problema da Miragaia não é o Governo Regional, mas sim um Decreto-Lei da República, que foi aplicado a todas as empresas deste país.

Não vale a pena a gente ir buscar como nosso aquilo que é de todos.

Ainda bem que há um Decreto-Lei que permite que a Miragaia tenha uma solução, mas convenhamos que esse Decreto-Lei abrange as "Miragaias" todas do país, do Minho ao Algarve, incluindo os Açores e a Madeira.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quando nós falámos nos projectos Sra. Deputada Berta Cabral, estávamos a pensar em projectos bem feitos, que devem ser feitos sem pressas e que não existiam.

O estudo que o Sr. Deputado Madruga da Costa acabou de referir feito pela SATA já na vigência, salvo erro, do VI Governo, concluiu que nada se deve fazer e foi isso que o meu colega de bancada, Deputado Manuel Serpa referiu, mas não é isso que nós queremos e não é isso que os picarotos esperam.

Nós estamos aqui sempre na primeira linha de que aquela ilha merece uma melhor infraestrutura aeroportuária. Quanto a isso estamos entendidos.

Quanto à Martins & Rebelo e à Miragaia, no que se refere ao empréstimo, o Sr. Deputado Madruga da Costa não deve ter percebido aquilo que eu disse.

Eu não falei que não houve um novo empréstimo de 100 mil contos. O que existia era um empréstimo de 100 mil contos bastante apertado, em termos de prazos e de taxas de juro, que foi renegociado com o empenho deste Governo junto dessa entidade bancária e que permitiu de imediato um desafogo de tesouraria à Lacto-Pico. Isto foi dito na Assembleia Geral no passado Sábado.

Os lavradores estão satisfeitos e o Governo fez a sua obrigação.

Quanto à Miragaia, Sr. Deputado, há uma deliberação do Governo feita aquando da sua última visita ao Pico em Junho de 1997, em que foram despachados 10 mil contos que foram atribuídos dentro de determinadas circunstâncias, directamente às contas dos credores da Miragaia. Esses 10 mil contos representam cerca de 20% dos créditos.

O Governo tem ajudado, inclusive, tecnicamente na contabilidade daquela empresa, porque não interessa que ela vá à falência, porque isso é o mais fácil de acontecer, isso é a regra normal do mercado e cria um problema social na ilha, ou seja, aquele pelo qual eu sempre me bati.

Vs. Exas. sabem que eu não tenho nenhum interesse — mal de mim se assim fosse — particular nessas questões. Tenho interesse social daquilo que pode afectar a minha ilha.

Eu lutei aqui, junto com um ou dois, pela Tunapesca e sei que houve preocupação por parte da bancada do PSD, mas não se conseguiu dar a volta. Faltava um operador credível para tomar conta de uma unidade fabril que não serve para mais nada. Está parada a laborar peixe de atum e só uma Região muito rica como a nossa Sr. Deputado, se pode dar ao luxo de ver uma fábrica como aquela fechada. Ou então, só uma Região onde houve alguém que não olhou bem a tempo para aquilo que era a sua obrigação como governante, e fez com que não dessem condições para que ela continuasse aberta e isto ainda é muito pior do que ela hoje estar fechada. Não dar condições para que ela continuasse aberta foi muito pior. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não tenho dúvida nenhuma, porque também li o comunicado do Conselho do Governo na visita à Ilha do Pico e não o ignorei, que o Governo tenha tomado uma deliberação no sentido de dar um apoio financeiro de parte do dinheiro necessário para viabilizar a Miragaia.

Porém, ele deu esse dinheiro apoiado e porque foi tornado possível através de um esquema legal aberto por esse Decreto-Lei para assim proceder.

Foram muitas as vezes em que este assunto foi tratado nos Governos anteriores e procurámos soluções, mas não as encontrámos. Os que vieram a seguir encontraram-nas e ainda bem que assim foi.

Relativamente à questão do estudo do aeroporto, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, para que não fiquem dúvidas nesta Casa, o estudo era conclusivo e dizia que para baixar para valores significativos a inoperacionalidade por questões climatéricas, era preciso gastar um milhão de contos e nessa altura, o VI Governo Regional achou que não devia tomar uma posição política sobre isso, porque essa é uma questão política, ou seja, saber se se deve, ou não ou se é preciso ou não gastar um milhão de contos para acrescentar o aeroporto.

Quem tem esse problema na mão não é o Governo anterior é o actual Governo, porque o estudo está lá.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Isso foi a Conselho de Governo?!

**O Orador:** Desculpe, esse estudo foi feito, foi apresentado o ano passado, foi distribuído pelos Srs. Deputados e sobre o mesmo não foi tomada uma decisão em levá-lo por diante, porque na altura não havia possibilidades financeiras para tal.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Eu estou perguntando se isso foi a Conselho de Governo?

**O Orador:** Não tem nada que ir a Conselho de Governo! Foi discutido no seio do Governo e o estudo está lá.

Portanto, o estudo não é inconclusivo, o estudo é conclusivo!

O que o estudo obriga é a tomar uma decisão e não era preciso encomendar mais nenhum estudo à ANA, porque ele já está feito e está lá para quem quiser vê-lo.

Aliás, o Sr. deve ter uma cópia dele.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** E tenho!

**O Orador:** Ora não teria! Até mesmo julgo que o estudo foi-lhe entregue pelo Sr. Secretário Regional da altura.

Penso que era só isto que tinha a dizer ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila em relação ao estudo, para que não fiquem dúvidas porque a verdade é esta.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves para uma intervenção.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Permita-me Sr. Presidente, um pequeno aparte ao ilustre Sr. Deputado Manuel Azevedo ao ter lembrado aqui a falta de voos para as ilhas pequenas.

Eu não vou trazer este assunto a esta nobre tribuna, porque já vou sentindo alguma vergonha em trazer sempre o mesmo tema.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não tenha!

**O Orador:** Porém, nós não nos sentimos à vontade e enquanto isto não for resolvido, a mesma matéria será trazida sempre pela mesma pessoa, embora não fique bem, por isso queria agradecer-lhe.

Quanto à minha intervenção, eu vou ser muito breve, embora fosse matéria para uma grande intervenção, ou seja, falar das Casas do Povo.

Digo com toda a franqueza que até não estava para intervir neste plenário, mas realmente se tal não fizesse, não sairia bem com a minha consciência.

Depois de ouvir falar-se aqui tanto na atribuição dos subsídios eventuais e de ver a lista de atribuições dos mesmos, realmente dá para pensar que este Governo tem grande dificuldade de gestão e muito mais de divisão.

Para isto não é preciso ser grande contabilista.

Senão vejamos:

Até hoje, ainda nenhum Governo desta Região teve o mérito de construir um edifício digno duma Casa do Povo no Corvo.

Esta depois de vários anos, "andar como caracol de casa às costas", hoje funciona num pequeno cubículo cedido pela então extinta Cooperativa Agrícola Corvense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

As Casas do Povo são instituições da maior relevância para qualquer ilha ou concelho, e o Corvo nesta matéria vai continuando sempre esquecido.

É lamentável o Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais, depois de conhecer as instalações da dita casa, ter atribuído tantos subsídios a tantas Casas do Povo desta Região e não se lembrar de disponibilizar também alguma verba do saco azul, que pelos vistos não era muito pequeno, para a Casa do Povo do Corvo.



É de pensar que era de toda a justiça fazer-se no Corvo um edifício digno de uma Casa do Povo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa para prestar esclarecimentos.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr Secretário Regional, Sr. Deputado João Greves:

Ouvi a sua intervenção relativamente à necessidade que considera — e penso que bem — da existência de um edifício com as devidas condições para a Casa do Povo do Corvo.

Eu sei o que isso representa e também sei — e nós nas Flores temos um exemplo bem recente na Vila das Lajes — o que um edifício, um polivalente de uma Casa do Povo, pode contribuir para a dinâmica recreativa, cultural e social de uma localidade.

De qualquer forma, porque não conheço especificamente a realidade do Corvo, gostaria de lhe pedir o seguinte esclarecimento:

A Direcção da Casa do Povo do Corvo já formalizou junto das instâncias governamentais competentes, o pedido para ser apoiada na obra de edificação de uma sede social?

Obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr Secretário Regional:

As regras impostas nesta Casa, muitas vezes deixam as pessoas um pouco fora do à vontade e eu até chego a cometer uma pequena gafe em levantar-me um pouco fora do tempo, mas quando se toca nestas matérias às vezes ficamos nervosos.

Na minha opinião, nós até podíamos tratar-nos por companheiros Deputados, mas quem sou eu para querer alterar este Regimento.

Uma coisa é certa, Sr. Deputado:

Na visita que foi efectuada ao Corvo, da qual o Sr. Secretário fazia parte, eu estive com ele dentro da Casa do Povo e uma das coisas que ele notou foi que havia muita necessidade de um novo edifício.

Naturalmente, o Sr. Secretário com tantos afazeres que tem, esqueceu-se disto e continuamos na mesma.

Porém, depois de se elaborar uma lista tão grande de subsídios a conceder às Casas do Povo, depois do Sr. Secretário ter estado comigo dentro do edifício onde funciona aquela instituição e ter-se esquecido de nós, Sr. Deputado, eu digo com toda a sinceridade, o Corvo sempre foi esquecido e continuará a ser por todos os Governos!

Há muitos corvinos que ainda pensam que isto vai mudar, mas isto é apenas esperança, outra coisa os corvinos não vão ter.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** A gente vai voltar!

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Fiquei na mesma!

**O Orador:** Se o Sr. ficou na mesma, provavelmente deverá ter dificuldade em compreender aquilo que eu digo, talvez o seu português

seja mais cultivado que o meu, e até digo com alguma humildade que acredito que tenha alguma dificuldade em perceber o que eu disse. Mas não acredito, que destes 45 Deputados que restam, nenhum tenha percebido aquilo que eu disse.

*(Risos da Câmara)*

*(Aplausos dos Srs. Deputados Nuno Almeida e Sousa, José Manuel Nunes e José Francisco Fernandes)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Greves:

Eu gosto muito de brincar, mas estou aqui para trabalhar e estou aqui a sério.

Deixe-me que lhe diga o seguinte:

Eu pedi-lhe um esclarecimento concreto. Fui cordial, não fiz arrazoados, porque penso que são estultícia e desnecessários.

Fiz-lhe uma pergunta muito concreta, porque estou interessado no problema como deputado regional.

O Sr. não tem exclusividade dos interesses do Corvo, penso eu.

O que eu lhe perguntei muito claramente e pedi para me informar, era se tinha conhecimento de alguma posição formal da Direcção da Casa do Povo, que é quem tem que tomar a iniciativa, porque é a dona, junto da Secretaria Regional ou a da Direcção Regional, no sentido de, tendo projecto ou não tendo projecto, sabendo o que é que quer e o que é que pretende, tendo terreno ou não, formalizar o pedido para a construção de uma sede ou polivalente para a Casa do Povo do Corvo.

Eu fiz uma pergunta muito concreta e o Sr. não me respondeu.

Portanto, quando eu lhe digo que fiquei na mesma, é porque perante uma pergunta concreta, não obtive uma resposta precisa.

O resto é conversa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou ser prático da forma como sou e digo-lhe apenas uma coisa: para bom entendedor, às vezes, meia palavra basta.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Às vezes! Não é o caso!

**O Orador:** Pelos vistos, meia palavra não chega!

Sr. Deputado:

Se o Sr. Secretário esteve dentro do edifício, junto com ele estava a Direcção da Casa do Povo que mostrou grande vontade na construção do mesmo e obtive a concordância do Sr. Secretário que disse que ia dar instruções nesse sentido.

Até hoje, nada foi feito. Não tivemos nenhum apoio.

Acredito que a Direcção da Casa do Povo tenha alguma dificuldade nesta matéria, mas também acredito que quando o Sr. Secretário concedeu aqueles subsídios se tenha lembrado do problema do Corvo. É para isto que existe o Governo.

**Deputado António Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Não é pela Direcção ser do PS ou ser do PSD.

O Governo desta Região existe é para governar e para ajudar aqueles que por vezes até têm dificuldade em governar senão, não precisávamos de governo!

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Há outra matéria que eu também gostava de esclarecer.

Quando o Sr. diz que está aqui para trabalhar a sério, se há alguém que está aqui com seriedade e tem levado isto a sério, até posso-lhe dizer que às vezes leva a sério demais, — e levando isto a sério eu não duvido nada que a saúde de muitos se altera aqui dentro — ...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Olhe que tem razão!

**O Orador:** ... esse alguém sou eu, mas isto muitas vezes aqui dentro mais parece uma brincadeira do que uma coisa a sério.

Eu não venho pregar a moral nesta Casa, mas é bom que isto fique claro.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Greves:

Eu tomei nota dessa reivindicação que, como disse, já foi apresentada ao Sr. Secretário Regional. Se porventura ele se esqueceu, eu prometo-lhe que lhe vou lembrar e logo que estiver com ele vou falar nesse assunto e provavelmente ele dará a sua resposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Espero que as palavras do Sr. Secretário passem aos actos e esta bancada estará aqui para louvar quando isso se realizar.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há um ano o Governo Regional efectuou a sua primeira visita oficial à Ilha das Flores.

No comunicado do Conselho do Governo, divulgado então, refere-se que, e cito:

"O Governo analisou o estado do parque escolar das Flores, e, em conformidade, encarregou o Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais de elaborar uma proposta da reestruturação do modelo de gestão e **incluir na proposta de Plano a Médio Prazo as verbas necessárias à adaptação ao ensino secundário da Escola Maurício de Freitas**".

No Plano para 1998 no Programa 18 - Desenvolvimento das infraestruturas educacionais, nos projectos das "construções escolares" (18-1) vem referida a acção de "adaptação da Escola Secundária EB2,3/S Padre Maurício de Freitas, especificando-se no conteúdo "a elaboração do projecto, início da empreitada de reparação das instalações escolares e criação dos espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário".

Na desagregação espacial desta acção estão atribuídos 25 mil contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, fiz as citadas referências, que comprovam o reconhecimento que o Governo Regional fez da necessidade e urgência da criação de espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário na Escola Padre Maurício de Freitas. Aliás, sempre afirmámos que para os jovens da Ilha das Flores, assim como para os seus encarregados de educação, e para a sociedade daquela ilha em geral, foi e é fundamental que os jovens florentinos tenham acesso ao Ensino Secundário, sem necessidade de se ausentarem da sua ilha. Não vamos apenas referir as vantagens económicas das famílias poderem evitar as despesas avultadas em manter os jovens quando eles só tinham acesso àquele grau de ensino noutra ilha, mas fundamentalmente há a salientar o facto deles se manterem na sua ilha, continuando também a usufruir do conforto e das vantagens de poderem viver no seio da sua casa e da sua família, e isto não poderá ser calculado financeiramente, porque não há nada que pague o facto de se respeitar a estabilidade e o conforto que é permitir aos jovens usufruírem da vivência familiar.

Por outro lado, face às condições oferecidas aos professores que fossem leccionar o Ensino Secundário e com o empenho de toda a sociedade florentina, foi possível prover o corpo docente daquela escola com professores portadores das habilitações necessárias à docência daquele grau de Ensino.

Sempre afirmámos, e hoje reafirmamos, que a conquista do Ensino Secundário nas ilhas consideradas pequenas é inalienável; por isso mesmo, torna-se cada vez mais urgente criarem-se todas as condições necessárias para a manutenção do Ensino Secundário naquelas ilhas; por isso mesmo, quisemos trazer aqui a preocupação que nos move, da necessidade e da urgência de ser executado o que foi aqui aprovado quando se votou o Plano para o ano de 1998, em execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há que mandar elaborar, urgentemente, o projecto da ampliação da Escola Básica e Secundária das Flores; há que dotar, urgentemente, com os espaços específicos necessários à leccionação do ensino secundário a Escola Padre Maurício de Freitas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Recentemente, aqui mesmo e em relação ao sector da saúde, aprovamos um Decreto Legislativo Regional, por proposta do Governo, que permitirá uma gestão dos recursos financeiros mais racional e mais eficaz, com a

criação do Instituto de Gestão Financeira da Saúde. Será desejável que no ensino, até porque depende da mesma secretaria, que também se tenha a grande preocupação, que sempre deve existir no sector público, de estar bem presente a utilização racional dos recursos públicos, rentabilizando o mais possível os recursos disponíveis.

Por isso mesmo, obras como aquela que vimos referindo, em nosso entender, devem ser da responsabilidade dos departamentos centrais da Região — Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e Secretaria Regional de Obras Públicas e Equipamentos — embora mantendo-se o imprescindível diálogo com os órgãos de gestão das respectivas escolas. Por outro lado, não podemos esquecer que há a necessidade das escolas poderem continuar a ter os meios necessários para as chamadas pequenas reparações, para que essas, hoje, pequenas obras, não se transformem no futuro em grandes reparações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Trouxemos aqui uma matéria sensível para a nossa ilha e que reputamos de grande importância.

Há muito que se fala na necessidade de obras diversas na escola; há muito que se verificou a necessidade de tudo se fazer no sentido de evitar a degradação daqueles espaços escolares; desde a implementação do Ensino Secundário naquela escola que as obras se tornam cada vez mais necessárias e urgentes. Por isso mesmo, está na altura de se cumprir o que foi contemplado no Plano para 98 em relação à Escola Padre Maurício de Freitas.

Disse.

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Situada no Grupo Ocidental do nosso Arquipélago está a Ilha do Corvo.

O número de habitantes que presentemente ronda os quatrocentos e as dimensões reduzidas desta parcela de terra açoriana, é do conhecimento de todos.

Porém, infelizmente, talvez não seja de todos conhecido o prazer que representa viver nesta ilha e conviver com as suas gentes.

De quantos nos visitam recebemos muitas vezes o elogio sentido de agradáveis e inesquecíveis recordações de paz e tranquilidade que resultam de uma solidão muitas vezes desejada, especialmente por quem diariamente é atacado pela nova doença da evolução e do progresso a que os entendidos chamam de "stress".

Pitoresca e singular nas suas vertentes humana e geográfica, ainda podemos tranquilamente ouvir os grilos cantar à noite e ver o sol esconder-se todos os dias à tardinha ao mesmo tempo que em cada esquina ou no Outeiro as pessoas se juntam para conversar e quantas vezes ali mesmo, se formam opiniões que depois se transformam, no lugar próprio, em decisões de carácter político que a todos dizem respeito.

Como todas as ilhas da nossa Região, também a nossa está vulnerável aos perigos que espreitam tudo e todos, mas muito especialmente a juventude. Receio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que mais dia, menos dia também os nossos jovens sejam confrontados com este flagelo que é o tráfico e consumo de drogas que tantos e tão dramáticos problemas diariamente causam à juventude do nosso País e porque não dizê-lo, a muitos jovens açorianos e suas famílias.

É, pois, para acautelar e defender o futuro da nossa juventude e de toda uma comunidade que aqui deixo à consideração do Governo algumas sugestões.

Mais e melhor fiscalização nos portos e aeroportos das Flores e Corvo que, como todos se recordam, acerca de dois anos, e por mera sorte, vimos ser apreendido um iate e respectiva tripulação por transporte ilegal de grandes quantidades de droga.

É necessário uma maior colaboração da Marinha Portuguesa no patrulhamento destas águas para evitar que os "indesejáveis" possam ancorar tranquilamente nas nossas baías.

Quero ainda deixar outra sugestão ao Governo Regional para que use e aproveite as tão proclamadas e excelentes relações com o Governo da República e quem Tutela a Policia Judiciária para que, de vez em quando, possam estes agentes da autoridade passar alguns dias nestas maravilhosas ilhas que queremos, e tudo faremos para assim continuarem e o futuro da nossa juventude seja mais promissor e "limpo" deste mal que já é considerado o maior drama deste século.

Temos a esperança que também eles possam assegurar e dar continuidade ao tal convívio saudável que atrás fiz referência e do qual muito nos orgulhamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não posso finalizar esta minha intervenção sem deixar uma palavra de apreço e total concordância pelo conteúdo do requerimento do meu colega de bancada, Sr. Deputado José Francisco ontem apresentado nesta Assembleia.

É de facto escandaloso que as Ilhas do Corvo e das Flores sejam discriminadas pelos Governos Socialistas, da República e da Região, e por esta Empresa Pública de Televisão por eles tutelada.

Aguardamos com serenidade a resposta do Governo e prometemos voltar a este assunto, se entretanto nada for feito, talvez com mais e melhores argumentos para que de uma vez por todas possamos ser tratados com critérios de maior rigor e melhor justiça.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Só para dizer que faço minhas as palavras do Sr. Deputado José Manuel Nunes.

A sua intervenção faz grande sentido para a Ilha do Corvo e aproveito para fazer um grande elogio, ou seja, ficou bem clara a veia romântica que o Sr. Deputado tem e provavelmente todos os corvinos e isto deve-se um pouco à solidão daquela ilha.

Era só isto.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

À guisa de intróito, eu gostaria de relevar a relutância quase obsessiva que alguns deputados manifestam em regressos ao passado, embora nos últimos dias tenha visto folhinhas do passado, a serem lidas e comentadas pelos antigos críticos.

O passado congrega um manancial de acções contrastantes com o presente, que ajudam a compreender a evolução da história e dos diversos movimentos de toda a índole que sempre a condicionaram. O contraste introduz ao conhecimento e à verdade.

O feio, o bonito, ou a feia e a bonita.

O correcto, o incorrecto.

O preto, o branco, por exemplo, como todos aprendemos contrastam e fornecem elementos de avaliação:

Pode-se e deve-se voltar ao passado por diversíssimas razões, fá-lo-ei sempre quando entender, e desta vez falo por razões de coerência.

A minha intervenção, neste momento, é um acto de pura e verdadeira coerência.

Envolvido, há muito, antes de ser deputado, nas lides políticas, assisti na escada de acesso à Sala Nobre da Câmara Municipal da Madalena, pejada de curiosos excitados, à proclamação solene de que o Hospital da Ilha do Pico seria construído na Vila da Madalena. Naturalmente, houve aplausos. Encomendaram-se estudos a especialistas estrangeiros que apontavam claramente para a construção de dois hospitais regionais e um pequeno hospital em cada uma das ilhas restantes. Esta tese permaneceu durante algum tempo. Mas várias peripécias, com alguns aspectos rocambolescos à mistura, alteraram toda a situação.

E — vou transcrever aquilo que disse há muitos anos — "numa tarde cálida de Setembro, nos primórdios dos anos oitenta, trespassada pelo perfume das rosas floridas do parque..." Matos Souto "...Sua Excelência o Senhor Presidente do Governo Regional de então em tom solene e eufórico, gestualmente enquadrado, como convém, anunciava:

O Pico terá um hospital a construir em São Roque do Pico.

Era a hora de partilha em mesa política. Quinhoaram-se benesses, houve aplausos vibrantes e todos partiram felizes.

Rolaram os anos na sua voracidade implacável e entre questiúnculas, promessas, desvios, destituições, apelos dramáticos, projectos inviabilizados, desespero de causa que meteram placas giratórias, portos oceânicos, marinas, etc., etc. chegou-se a uma conclusão: O Pico não teria um hospital a nível de ilha, mas sim três centros de saúde de valor idêntico. Era a terceira fase deste conturbado e contraditório processo. Repetia-se o velho fadário na aplicação desenfreada e inconsciente da triplicação. Mas com uns restos de esperança velada...", porque quando eu fiz esta intervenção, o bom do Francisco José, sentado na Assembleia levantou-se e disse:

"O meu amigo está a dramatizar na sua forma habilidosa, verá o hospital e ainda vai ser operado na sala de operações".

Já lá vão tantos anos, meu Deus!

Em 1987 perguntava-se na Assembleia Regional: " Será que realmente não há tese nenhuma e que a construção do Centro de Saúde de São Roque é apenas o cumprimento de um compromisso político antigo assumido pelo governo, à margem de qualquer planeamento global da saúde no Pico?

Será que durante todo este tempo nos tenham estado a "vender gato por lebre"?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Durante anos os deputados do PS eleitos pela Ilha do Pico e não só, também alguns outros que não diziam expressamente, mas sentiam e pensavam, travaram um combate sem tréguas pela existência de uma unidade hospitalar que, embora não sendo sumptuosa, permitisse fazer um cabal aproveitamento de instalações, equipamento e pessoal e prestações que julgávamos fundamentais:

1) Um adequado Serviço de Urgência com meios técnicos e humanos para fazer face a uma situação de real emergência médica, o que implica desde logo a presença física do médico.

2) Um bloco operatório com possibilidades de efectuar cirurgia de primeiro tempo.

3) Um Serviço de Medicina Interna dimensionada para a ilha e que permita assegurar a solução de todas as situações médicas que não careçam de cuidados diferenciados.

4) Uma maternidade, com parteira de chamada a 24 horas e com possibilidade de efectuar cesarianas.

5) Um Laboratório de Análises apto a realizar todas as análises correntes:

6) Um Serviço de Radiologia dotado de equipamento que lhe permita fazer toda a radiologia necessária a uma prática médica moderna.

Corria o ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1987.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Como Deputado nesta Casa, defendi muita coisa, mas defendi duas causas que para mim eram sagradas: uma escola e um hospital.

Defendi uma escola e fui criticado por muita gente, porque entendia que ao fazer-se uma nova escola na Madalena do Pico, embora o externato



afogueado não tivesse condições, achava que ao fazer-se uma nova escola se fizesse de uma vez uma coisa que fosse boa para toda a gente.

Essa escola fez-se, ganhou-se esse desafio, mas eu não tive pejo nenhum de vir aqui a esta Casa antes do Governo do PS ser eleito, elogiar esse facto e agradecer, apesar de levar anos e anos a quem trabalhou, lutou e a fez.

Lutei por outra causa que considerava fundamental, perdi-a redondamente. Eu e todos aqueles que lutaram por ela.

Também nesta Casa tive combates políticos violentos — no bom sentido — às vezes, com o Sr. Deputado António Meneses que pela sua maneira de trato é uma pessoa por quem eu tenho admiração e respeito, que defendeu uma política que tinha todo o direito em defender e que eu contestava, porque tinha todo o direito em fazê-lo. Combatemos politicamente durante anos, até que cinco anos depois, o governo de então veio ao Pico com duas pedras na mão. Uma enterrada em palco improvisado para o festório. Pedra mãe de um Centro de Saúde, igual a todos os centros de saúde, regido pela lei orgânica de todos os centros de saúde, vocacionado para os cuidados primários de saúde, igual aos que se prestam em todos os centros de saúde.

Quem, como eu que — e isto foi escrito em 1992 — durante quase oito anos sempre se bateu contra esta política de Saúde, não pode deixar de lamentar, nesta hora, a consumação deste acto redutor para uma ilha que alcunharam de futuro sempre em busca de um presente.

Os montadores de palanques, os fogueteiros da ordem, os arregimentadores de músicos e os distribuidores de abraços contagiantes, não imaginam o mal que esta decisão causou àquela ilha.

Com aquela pedra, enterrou-se também parte da esperança de um povo, alimentada, às vezes, com fervores exacerbados, para fins pontualmente tidos como convenientes.

Nesta hora de consumação, aproveito esta oportunidade — em 1992 — para vincar a minha profunda solidariedade para com todos os que lutaram, pela escrita, pela palavra, pela prece, por uma solução mais adequada, mais digna e mais justa.

Os registos ficam para a posteridade.

Os sonhos desfeitos à espera que a história aponte novos rumos.

Aceito a política incrementada como é minha obrigação, porque sou democrata e honesto, e aceitei.

Não posso aceitar, de modo algum, a discriminação, a desumanização e as sequelas aviltantes resultantes de tal política.”

A partir deste momento — agora as palavras são desta hora — as minhas intervenções, nunca mais, **e que fique aqui bem assente**, falaram em barcos do Pico. As minhas intervenções centraram-se num esquema moderno e digno de transporte para doentes (levaram **três anos** a colocar duas macas no Cruzeiro do Canal ), na revisão de apoios e acolhimento a quem se deslocava, no aumento do irrisório subsídio miserável para

dormir e comer numa cidade como a Horta e num acolhimento que devia ser feito a quem se deslocava.

O Deputado Manuel Serpa, e naturalmente posso falar em nome do meu companheiro e de outros, não deixou de falar em barcos do Pico depois do Governo do Partido Socialista ser responsável por esta e outras áreas, porque não é doido!

Foi em 1992, no tal dia em que o governo visitou o Pico com duas pedras na mão. Porque procuro manter o bom senso e aceito, naturalmente, que o acompanhamento das grávidas e os partos se façam em unidades hospitalares com as condições exigidas. Não se fazem no Pico, porque os sucessivos governos do PSD **não quiseram!**

Pura e simplesmente **não quiseram!** — que isto fique bem assente.

Ainda não se perfizeram dois anos que o último Governo do PSD, e as pessoas responsáveis estão aqui dentro, inaugurou um Centro de Saúde no Pico, em São Roque, que custou mais de um milhão de contos — muita gente aplaudiu e talvez foi a única vez da minha vida como deputado que eu me portei mal, não bati palmas — que beneficiou o concelho e, como já proclamei várias vezes nesta Assembleia, **acrescentou zero à Saúde Global da Ilha.**

Coerentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui a esta Assembleia aplaudir as teses expendidas na Anteproposta de Decreto Legislativo Regional ora em discussão na Região Autónoma dos Açores e que incide fundamentalmente na criação de um novo modelo organizacional e funcional para o Sistema Regional de Saúde, em que a realidade ilha seja a unidade base da organização, administração e da prestação de cuidados de saúde, através da criação de medidas de Saúde para a Ilha.

Eu sei que é uma tarefa complexa. Eu sei que é uma tarefa difícil. Mas é, acima de tudo uma esperança, é acima de tudo um trabalho que deve ser feito, e é acima de tudo um desafio que é lançado.

Eu desafio todos aqueles que lutaram e lutam para que as ilhas tenham aquilo que merecem, **que pensem, meditem, lutem, trabalhem, ajudem, colaborem**, porque **têm que ser vistos, compreendidos e ajudados** da mesma maneira. Porque o utente, aquele que usa, estará, está e há-de estar sempre em primeiro lugar.

E sosseguem os alimentadores de boatos, os divisionistas e quejandos que, falham às vezes, nada se alterará de fundamental até que a unidade de Ilha — pode ser amanhã, daqui a um ano, daqui a dois ou até mesmo três — seja aquilo que sempre propusemos, defendemos e que merecemos agora e sempre.

Este, quer queiram quer não, é o problema mais importante da Ilha do Pico.

Nós no Pico pagamos como os outros e sofremos mais que todos. É que, embora orgulhosamente descendentes daqueles que chamaram ao mar "irmão", meus amigos, o mar é um grande Caim!

Tenho dito!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimento, vamos interromper os nossos trabalhos durante 30 minutos e pedia aos Srs. Deputados que cumprissem o horário, porque ainda temos muitas inscrições na Mesa. Até já.

*(Eram 18.05 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 18.40 horas)*

Uma informação apenas relativamente aos tempos que os vários partidos ainda dispõem para intervir.

Partido Socialista — 24 minutos e 30 segundos;

Partido Social Democrata — 26 minutos e 30 segundos;

Partido Popular — 14 minutos;

Partido Comunista Português — 11 minutos;

Governo Regional — 35 minutos.

Vamos prosseguir com as nossas intervenções.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já basta intervir com o Governo ausente, agora com os Grupos Parlamentares ausentes torna-se difícil.

É pena não estarem presentes nesta Sala mais membros do Governo, um Governo que ainda há bem pouco tempo defendeu publicamente o primado do parlamentarismo com tanto afínco e nomeou um Secretário para os assuntos parlamentares que, neste momento, está ausente, apesar do sino já ter tocado por diversas vezes.

O assunto que me traz aqui hoje, não é este.

Na passada semana decorreu nesta Cidade da Horta mais uma Semana das Pescas dos Açores, uma daquelas iniciativas que o Governo do Partido Socialista deu continuidade e a qual registou com agrado.

Outras houve que nem tanto.

Na verdade, a Semana das Pescas dos Açores é já considerada um dos mais importantes dos certames sobre pescas que se realizam em todo o Mundo.

O sector da pesca irá, por força de regulamentação Comunitária e de legislação Internacional, sofrer mutações importantes, para as quais esperamos que o Governo Regional esteja atento e à altura de as calendarizar e executar.

Destas transformações profundas, com certeza que a mais complexa e delicada será a que diz respeito à reconversão da nossa frota artesanal,

mais propriamente no que concerne às embarcações designadas de boca aberta. Esta reconversão irá transformar profundamente a estrutura da nossa frota, as exigências das estruturas, a formação dos profissionais, em fim estamos em crer que tudo será diferente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional Adjunto:

Ao contrário de alguns sacos azuis que por ai existem,...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Agora já não há!

**Deputado Mark Marques (PSD):** O Sr. tem razão, agora são rosa!

**O Orador:** ...talvez pelo facto do Director Regional das Pescas ou do Secretário da Tutela não terem sido candidatos a autarcas, nas pescas, foi anunciado não existirem sacos azuis para resolver casos pontuais de empresários em situação aflitiva.

Na verdade, este Governo por força das declarações do Sr. Secretário da Tutela e do Sr. Director Regional, decidiu não atribuir subsídios à exploração de empresas do sector da pesca, nomeadamente aos armadores que se encontram em situação financeira difícil.

Na realidade, não faz sentido proceder-se à subsidiação de explorações, neste caso, embarcações, que foram mandadas construir pelo Governo Regional, entregues a mestres pescadores, fazendo deles ricos empresários sem encargos, que nunca pagaram (salvo raríssimas e honrosas excepções) senão cerca de 10% dos valores das dívidas à Região.

Concordamos que a chamada "frota azul" foi além de um erro estratégico, um erro nunca assumido. O facto deste erro nunca ter sido assumido avolumou as suas consequências e hoje é muito mais difícil arranjar para ele solução.

Contudo, não podemos admitir que este erro político e económico, seja "bode expiatório" para a não resolução de casos que nada têm a ver com investimentos governamentais, mais uma vez a teoria do intervencionismo provoca danos irreparáveis num sector que por ter sido outrora considerado estratégico e alvo de tanta intervenção transformou-se agora num enorme peso para a administração Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional Adjunto:

Hoje, existem nos Açores dois tipos de armadores de pesca, os que hipotecaram os seus haveres para garantirem o financiamento das suas embarcações e os que sem arriscarem nada, receberam de "mão beijada" embarcações muito bem equipadas que tiveram custos de construção muito acima do razoável, plenas de luxos e equipamentos que nem hoje, passados tantos anos da sua instalação, ainda nem foram potenciados.

Qualquer pessoa, mesmo leigo na matéria, com certeza perceberá que foi aqui criado um quadro de concorrência desleal e de profunda injustiça.

Aliás este foi um erro estratégico do passado e que já aqui levantamos o problema e aflorámos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os primeiros, os que arriscaram e investiram o que era seu, atravessam uma das maiores crises de sempre. Em contrapartida, os outros os que não arriscaram nada, receberam tudo e não pagam nada a ninguém vivem com

a largueza que querem e entendem e nem sequer querem ouvir falar de crise. Tomara.

Neste momento, existe já um armador nos Açores com a sua embarcação arrastada pela Caixa Geral de Depósitos. Os outros, os tais se passeiam em belos carros e se pavoneiam nos lindos jardins das casas que construíram com o dinheiro que deveria ter sido pago ao Governo Regional não se preocupam com isto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional Adjunto:

Não há dúvida: houve dois pesos e duas medidas.

Do passado só reza a História e com os erros e os fracos não se ocupam os historiadores.

Do futuro tratamos nós, os que aqui têm acento e os que ali executam aquilo que nós legislamos. E é deste futuro que vamos aqui hoje tratar. Não podemos admitir que tal como no passado este Governo continue a tratar uns como filhos e outros como enteados, criando situações de grande e profunda injustiça.

Há dias foi público, e não foi desmentido, que o Governo Regional dos Açores pretende construir um entreposto frigorífico em São Miguel. Mais um erro estratégico, mais uma cópia do que se fez no passado e que terá consequências muito graves no sector.

Meus senhores eu quero só lembrar que no final do ano de 1996 foi encerrada uma empresa de conservação e transformação de pescado, na Ilha de São Miguel, por falta de mercado. Duas estão a sanear os seus stocks para encerrarem as suas unidades. Para que é que o Governo vai construir mais frio em São Miguel se aquele que é privado está a fechar a porta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Perante situações destas talvez tenha aqui cabimento o velho ditado: "... só as moscas é que mudaram".

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Aquando da consignação da obra de protecção do molhe Cais de Vila do Porto e tendo em conta os efeitos negativos já experimentados pelos marienses pela degradação em que ficam as estradas utilizadas para o transporte de inertes e pedra de grande tonelagem para o enrocamento, foi de imediato o Governo Regional alertado para a necessidade de ser encontrado um circuito alternativo para, por um lado, minimizar os estragos nas estradas regionais que há poucos meses tinham sido sujeitas à reposição de um novo tapete asfáltico, obra que rondou o milhão de contos, e por outro lado evitar problemas de insegurança provocados por um tráfego intenso e com viaturas de grande tonelagem.

O alerta partiu de diversas entidades entre elas a Câmara Municipal e eu próprio, primeiro através de uma intervenção proferida nesta Câmara e posteriormente através da figura de requerimento.

A ideia consensual em termos de circuito alternativo era a construção de uma estrada entre o Pico do Facho e o Calhau da Roupa, desviando todo o tráfego de Vila do Porto e potenciando a futura construção do Porto de Recreio de Santa Maria.

Por outro lado, a empresa adjudicatária apresentou um outro trajecto alternativo passando pela Cruz Teixeira, Caminho Fundo da Flor da Rosa, saindo praticamente junto do estaleiro. Este circuito evitaria a utilização em cerca de 70% das vias que atravessam Vila do Porto, ou seja as mais movimentadas e recentemente asfaltadas.

A Câmara Municipal rejeitou a ideia e centrou a sua reivindicação na construção do acesso ao Pico do Facho.

Repito: era a solução consensual e a prová-lo na visita do Governo Regional a Santa Maria, o Secretário da Economia numa reunião no local da obra, concordou de imediato, com a construção da via alternativa.

Esta concordância está espelhada no Comunicado do Conselho do Governo, de 16 de Setembro de 1997, cujo teor é o seguinte: "Construir uma via de acesso entre o Pico do Facho e o Calhau da Roupa, para facilitar o transporte de inertes para a reparação do molhe Cais de Vila do Porto, criando, assim, uma estrada litoral que poderá ser potenciada turisticamente no futuro — " fim de citação.

A potenciação desta estrada litoral estava directamente ligada á construção do Porto de Recreio de Santa Maria, aproveitando os aterros que seriam necessários efectuar.

Passados oito meses sobre a decisão do Governo, não se avançou com a construção da via alternativa e já temos conhecimento que a mesma não se vai concretizar.

Esta foi mais uma decisão baseada no rigor, planeamento e visão de futuro, que acabou por não dar em nada, além do comunicado do Governo.

Por outro lado, fica em causa a construção do Porto de Recreio, obra que iria aproveitar a capacidade técnica e humana instalada na ilha em resultado das obras do Molhe Cais de Vila do Porto, obra que se constrói agora ou então será de difícil execução pelos custos que comportará no futuro.

Para potenciar turisticamente a Ilha de Santa Maria, há que construir o Porto de Recreio uma vez que a ilha já tem provas dadas na capacidade humana e associativa, na vertente das actividades náuticas, faltando uma infraestrutura que sirva de apoio aos empresários que neste momento estão abertos a investirem na área do Big-Game Fishing e na fotografia subaquática, em termos turísticos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A não utilização ou construção de um circuito alternativo para o transporte de pedra, levou a que neste momento as viaturas, umas de caixa e outras apenas com plataformas, sem a mínima protecção lateral, circulem nas duas principais vias da ilha, carregadas com pedras de grande tonelagem, passando por duas escolas, provocando insegurança a todos e iniciando

um desgaste no asfalto que será progressivo, ficando os marienses mais uma vez e durante dois anos com estradas totalmente degradadas. Para terem uma ideia será necessário transportar cerca de 31.000 m<sup>3</sup> de pedra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, está consignado o poder dos deputados através de requerimento obterem do Governo Regional elementos e informações que considerem úteis para o seu mandato, figura esta que é usada inúmeras vezes pelos deputados.

Estas informações devem ser fornecidas em tempo útil e principalmente corresponderem à verdade, o que não está a acontecer com o actual governo.

Faço esta afirmação porque requeri em 29 de Abril de 1997, informações sobre o problema do desgaste que se previa nas estradas regionais de Santa Maria, em resultado da obra do Porto, e só passados nove meses o Governo dignou-se responder ao requerimento, atitude esta que não está correcta, mas o actual Governo já nos acostumou, com o seu conceito de tempo útil na ordem dos 9 a 10 meses.

Embora não seja correcta esta atitude de puro laxismo do Governo em relação ao deputados, não fornecendo atempadamente as informações solicitadas, não desejo fazer do caso um assunto de grandes discussões políticas, mas não posso é de maneira nenhuma aceitar uma resposta que premeditadamente não corresponde à verdade. Desde Novembro de 1997 se sabe, por contactos informais do Secretário da Economia com entidades marienses, que o acesso alternativo pelo Calhau da Roupa, não será construído, o que não condiz com a resposta ao requerimento datado de 23 de Janeiro de 1998, onde é reafirmado que nada foi alterado e que se mantem a decisão constante do comunicado do Governo. Isto é mentir, postura esta que põe em causa a credibilidade de futuras afirmações do Senhor Secretário da Economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Outra preocupação que me assalta é a afirmação do Senhor Secretário, na resposta ao requerimento que passo a transcrever:

"Assim, sendo o pavimento das estradas regionais a serem utilizadas nesta obra está salvaguardado, uma vez que ficou consignado no Caderno de Encargos da empreitada a obrigatoriedade do empreiteiro proceder à reposição dos pavimentos danificados com a execução do obra." — fim de citação.

Tal afirmação não seria preocupante, até porque este é um procedimento normal em obras desta natureza, se não se tivessem alterado, na prática, os pressupostos iniciais.

Para um melhor entendimento, passo a explicar:

Na consignação da obra era a empresa adjudicatária a responsável directa pelo transporte e utilização das estradas regionais e municipais, só que na realidade a situação actual é totalmente diferente. Esta empresa atribuiu por meio de sub-empreitada o transporte de inertes e da pedra para o enrocamento do porto, a empresas locais, atitude que até considero

positiva para que a economia da ilha possa beneficiar das obras que decorrem, mas passa a não ser as viaturas da empresa a provocarem o desgaste nas vias municipais e regionais, situação que pode vir a ser usada no futuro quando se tiver que imputar a responsabilidade de reposição das vias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Assim o meu alerta ao Governo Regional, vai no sentido de ser assegurada a responsabilidade por parte da empresa adjudicatária, pela reposição dos pavimentos que serão danificados, independentemente se serem pelas viaturas da empresa ou de viaturas locais, porque a alteração efectuada nas condições iniciais, pode por em causa esta responsabilidade, ao contrário do que afirma o Senhor Secretário na resposta antes transcrita.

Deve também o Governo Regional negociar junto da empresa adjudicatária e da Câmara Municipal, para que seja utilizado o circuito alternativo apresentado pela empresa, de forma que seja imediatamente retirada a circulação das viaturas e plataformas pelas vias principais de Vila do Porto, antes que se venha a assistir a algum grave acidente com resultados irremediáveis uma vez que está em jogo a segurança de vidas humanas.

Para finalizar deixo um pedido ao Governo Regional dos Açores. Que a recente tomada de posse por parte do novo Secretário Adjunto para a Administração Local e Assuntos Parlamentares, que desta tribuna cumprimento, venha a contribuir para a resposta atempada aos requerimentos dos deputados e que estas sejam efectuadas com verdade constituindo uma real informação a esta Câmara

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

"A humildade é calma, prudente, silenciosa e irmã gêmea da moderação e do bom senso".

Estes são princípios que ao longo da minha vida de responsável político e deputado, têm presidido à minha actuação.

Vem isto a propósito da intervenção proferida nesta Câmara pelo deputado Humberto Chaves no dia 17 de Fevereiro de 1998, intervenção totalmente descabida, irresponsável, falaciosa e atingindo na sua parte final uma total ausência de cultura democrática.

Quem não estivesse dentro do processo de investimento em infraestruturas básicas levadas a efeito ao longo dos anos, ficaria com a ideia que a Ilha de Santa Maria apenas passou a existir a partir da formação do Governo Socialista.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não, a partir da Câmara do Partido Socialista!

**O Orador:** Nesta intervenção mais uma vez se refere a implementação do NAV II como grande passo em frente no desenvolvimento da Ilha. Eu por mim considero que é apenas a manutenção e o não esvaziamento dum importante sector, porque em relação ao seu contributo para o aumento do



desenvolvimento económico de Santa Maria, a questão já é mais discutível. Serão criados novos postos de trabalho para os marienses?

Irá aumentar o investimento produtivo da ilha?

Não terá a nossa juventude que continuar a ter grandes dificuldades no mercado de trabalho? Estas são as questões mais preocupantes e não é o NAV II que irá alterar o panorama actual.

Quanto a ser uma conquista do Partido Socialista é pura demagogia. A luta foi de todos os partidos apoiados pela população mariense e, de certa forma, pela população açoriana.

Só desejo que em breve não venha o Sr. Deputado acusar a ANA-EP, já que não o fará em relação ao Governo Socialista da Região e da República, tal é a sua cegueira partidária, do não cumprimento na totalidade do Projecto do Atlântico. O tempo falará por si.

Na mesma intervenção o deputado refere e premeditadamente faz crer que 1997 foi um ano de excepção e arranque de várias actividades de animação turística na Ilha de Santa Maria, chegando ao ponto de referir que é o resultado de grande paixão do Presidente Carlos César pelo todo mariense.

Se é paixão é forçada e, portanto, não verdadeira, porque os eventos que refere não são novos e sempre foram apoiados, nomeadamente:

- O Festival Maré de Agosto já vai na sua 14ª edição e sempre foi apoiado;
- O Rally de Santa Maria, vai na sua 17ª edição e sempre foi apoiado;
- O Clube Naval de Santa Maria construiu a sua sede no tempo recorde de 4 meses e realizou o Campeonato do Mundo de Big-Game Fishing em 1996, duas realizações que se tornaram possíveis com o apoio do anterior Governo;
- A Cooperativa de Artesanato tem a sua sede construída desde 1995 teve apoios do Poseima e do Governo anterior, para que possa estar a funcionar em pleno neste momento.

Quanto a duas grandes obras que neste momento decorrem na ilha — o reforço do molhe cais e a Casa do Povo de Almagreira, em Novembro de 1996, ainda antes da tomada de posse deste Governo, já se encontravam adjudicadas, com os meios financeiros assegurados, tendo o actual Governo apenas efectuado a sua consignação, realidade esta que se repete por todas as ilhas.

Este Governo ou consigna obras, ou inaugura obras, as quais são resultado ainda da acção do Governo do PSD.

Refere também o amplo projecto do arranjo das escolas primárias no concelho, esquecendo mais uma vez que este é um programa que está em execução em toda a Região, programa este criado pelo anterior Governo e se Santa Maria apenas arrancou em 1997, foi pela ausência de projectos e por conseguinte a sua não candidatura aos fundos comunitários em 1996.

Após esta curta explicação e reposta a realidade dos factos, resta-me perguntar:

Quais as obras ou acções a decorrerem ou a serem implementadas na Ilha de Santa Maria, por este Governo que estejam a alterar a sua realidade económica e social?

Se foram cometidos erros anteriormente ou as acções levadas a efeito não tiveram o resultado esperado, agora estamos muito pior, porque este Governo nem sabe aprender com os erros dos outros, a sua acção é repetitiva o que nos leva a encarar o futuro de Santa Maria com muito pessimismo.

Ao fazer estas afirmações, faço-as com alguma mágoa e muita decepção, porque como mariense desejava que muito e melhor fosse realizado e viesse ao de cima a tão falada Nova Autonomia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Termino como comecei:

"A humildade é calma, prudente, silenciosa e irmã gémea da moderação e do bom senso", esperando que alguns responsáveis marienses, venham, no futuro, a proceder tendo em conta este princípio e voltem a ser reivindicativos como eram no passado quando se tratava de defender a Ilha de Santa Maria e o seu desenvolvimento futuro.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência** (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Maria Bairos:

Em primeiro lugar, quero agradecer e retribuir os seus simpáticos cumprimentos.

Em segundo lugar, quero afirmar que concordo consigo, porque nove meses, segundo as suas palavras, não é um tempo aceitável nem razoável para se responder a um requerimento. Isso tem que ser alterado.

Essa é efectivamente uma das minhas funções, desde que tomei posse, e vou trabalhar para que as respostas aos requerimentos sejam bem mais céleres e em prazo razoável, para permitir o normal funcionamento do Parlamento e o trabalho dos Srs. Deputados.

Relativamente às questões mais concretas que o Sr. Deputado levantou e da responsabilidade do meu colega que tem a seu cargo a Secretaria da Economia, posso assegurar-lhe que as vou transmitir e espero que ele rapidamente tenha oportunidade de esclarecer as dúvidas que, apesar do requerimento, o Sr. Deputado tem no que diz respeito à estrada alternativa, e à construção do porto de Vila do Porto.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nestes primeiros três meses de 1998 a autonomia e gestão das escolas foi tema de conversas, debates, colóquios, de diplomas publicados no Diário da República e Jornal Oficial, de intervenção de membros de órgãos do poder local, regional e central.

Muito do futuro do nosso ensino e da vida das escolas, depende do modo como os professores e os educadores conseguirem aplicar e solidificar a autonomia e defender a gestão das suas escolas, uma gestão e direcção que se exigem democráticas, responsáveis, eficazes e participadas.

Esta Assembleia aprovou e foram publicados os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 1/98/A e 2/98/A e que tratam, respectivamente do “regime jurídico de autonomia das escolas” e da “direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico”.

Não correspondendo, sobretudo o segundo diploma, às propostas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, representa porém um progresso enorme em relação à situação que se vivia. E digo que não corresponde, porque defendíamos outra composição, outras competências e outras estruturas para os órgãos principais de gestão das escolas.

Diríamos mais: absurdo dos absurdos.

Senão vejamos, Srs. Deputados.

O PSD que, enquanto foi Governo, nunca quis implementar algumas das reformas preconizadas, agora propõe, e, vota em conjunto com o CDS/PP, alterações que contrariam as nossas soluções. É, porém, o Governo Socialista que vai ter de pôr em prática, acompanhar, orientar, implementar órgãos que correspondem ao modelo de outros partidos que não o seu. Mas a democracia tem destas coisas! O imprescindível é que se dêem avanços! Espero que nesta matéria os Grupos Parlamentares que votaram de forma diferente, vencendo as nossas proposições, se empenhem junto de todos os parceiros educativos, incentivando-os à participação, quer enquanto docentes ou não docentes, pais e encarregados de educação, membros de autarquias ou de associações.

O Ministro da Educação Prof. Marçal Grilo colocou em debate público um projecto sobre a Autonomia e Gestão das Escolas, tendo-se deslocado aos Açores onde, em assembleias abertas, apresentou os princípios do novo modelo. Dos múltiplos contributos vindos das escolas, dos sindicatos de pessoal docente, das autarquias, das associações de pais, serão colhidas sugestões a incluir na redacção final do diploma a aprovar e que terá de servir de matriz à gestão das nossas escolas, sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprio da nossa Região.

Por outro lado, e a fim de dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/98/A, de 28 de Janeiro, a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais está a ultimar uma proposta de diploma para remeter a esta Casa sobre o Regime da Administração e Gestão das Escolas Básicas Integradas.

No passado dia 10 do corrente o Plenário do Governo aprovou o Decreto Regulamentar que cria as Áreas Escolares e as Escolas Básicas Integradas previstas no artigo 4.º do diploma acima referido.

Não poderia deixar de realçar a forma aberta e dialogante como o Sr. Secretário Álamo de Meneses conduziu o processo negocial com os Sindicatos dos Profissionais de Educação aceitando as suas sugestões na formação das Áreas Escolares e Escolas Básicas Integradas. Consideramos dignificante para ambas as partes e bem sintomática de como deve ser o relacionamento do Governo com os Parceiros Sociais, sempre que estejam em causa matérias de âmbito negocial previstas na Constituição de República Portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Diríamos que o Governo presidido por Carlos César está a dar cumprimento ao seu Programa “edificando o edifício jurídico” que dará corpo à grande mudança a que se propôs nesta área.

Esperamos e, daqui lançamos um apelo a todos os intervenientes neste processo, a envolverem-se com denodo por forma a contribuir-se para a Escola que se deseja de todos e para todos.

Foi bom que a nossa Região tivesse dado um grande ênfase à Educação, lançando novas bases legislativas, permitindo uma profunda alteração na organização e funcionamento do sistema, com especial relevância para a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Com os diplomas a aprovar brevemente e a respectiva implementação, encerrar-se-á um ciclo de meio século de vida, inaugurando-se um novo rumo. Esperamos que as Comissões do Acompanhamento e Avaliação, previstas nos diplomas, executem cabalmente as suas funções, apresentando sugestões e contributos que, naturalmente, permitirão os aperfeiçoamentos inevitáveis quando se concretizam mudanças tão profundas e que exigem a dedicação de todos. Muitos e bons trabalhos são os nossos votos.

Disse.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em 1991, terminadas as obras de construção das novas instalações do Centro de Restauo, anexo ao Museu de Angra do Heroísmo, foi criado através do Decreto Regulamentar Regional n.º 41/91/A, de 18 de Dezembro, o Centro de Estudo, Conservação e Restauo dos Açores (CECRA).

Com sede em Angra do Heroísmo exerce a sua actividade em toda a Região.

Visa a conservação e restauro de bens públicos ou privados com especial valor para o património cultural, artístico e museológico da Região. Espalhado pelas nove ilhas dos Açores sem que houvesse até então disponibilidade técnica e humana para a sua salvaguarda, o Centro veio ao encontro da urgência em se proceder ao estudo e investigação dos métodos de conservação e restauro mais adequados à dita salvaguarda dessa enorme riqueza, quer efectuando os trabalhos para os quais disponha de agentes especializados, quer encomendando-os a terceiros, acompanhando nesse caso a sua execução.

A organização e actualização permanente de um centro de documentação, a aprovação e divulgação da sua actividade, a montagem de um arquivo com o registo dos seus trabalhos, a prestação de apoio técnico-científico a entidades públicas ou privadas e a inspecção do estado de conservação do património da Região, seguida da proposta das necessárias acções de preservação, são outros tantos objectivos que lhe cabem para a realização dos fins para que foi criado.

Dispondo de um Conselho Técnico com funções de estudo, programação, organização e coordenação da sua actividade o CECRA tem a funcionar, na dependência do citado Conselho, oficinas de pintura e escultura policroma, de artes decorativas e ornamentais, para conservação e restauro de objectos de cerâmica, vidro, metal, osso, marfim, mármore, pedra e azulejaria, de têxteis e de marcenaria e carpintaria especializada.

Pode prestar serviços, nos domínios da sua especialidade, ainda a outras entidades, públicas ou privadas, com a aplicação de uma tabela de preços anualmente fixada por despacho do Secretário Regional, constituindo as importâncias a cobrar receitas da Região Autónoma dos Açores.

Dirigido por um director, equiparado a Director de Serviços, é um serviço simples que funciona sob a direcção e superintendência administrativa e financeira da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, dispondo para além do pessoal de chefia, de pessoal técnico-superior, técnico, de informática, técnico-profissional, administrativo, operário, auxiliar e outro pessoal.

Anualmente, até 31 de Outubro, o CECRA tem de apresentar à DRAC para aprovação o seu programa de actividades para o ano seguinte, incluindo a lista de prioridade dos bens a restaurar ou a conservar.

Trimestralmente apresenta um relatório das actividades desenvolvidas e até 31 de Janeiro o relatório final do ano anterior.

Tem este avivar da memória acerca do que é o Centro, em apreço, e daquilo que lhe está cometido como finalidade chamar a atenção para uma situação anómala, gravosa para os interesses da Região e extremamente penalizante para cidadãos a quem foram criadas expectativas que estão a ser inaceitavelmente defraudadas.

Os governos anteriores sempre investiram no CECRA, tanto a nível das instalações e equipamentos como, com especial carinho, no âmbito dos recursos humanos especializados, que tanta falta fazem, face a um acervo patrimonial imenso que, depositado nas suas instalações ou permanecendo

nos locais de origem, continua à espera de vez para ser recuperado. Com grande desespero e impaciência de alguns que, dificilmente aceitam tanto tempo de demora! Mas sem outra saída possível face às carências humanas e materiais existentes e ao rigor e profissionalismo que tem de estar subjacentes a quaisquer intervenções neste domínio.

Enviando o seu pessoal para estágios e cursos de aperfeiçoamento, dando nas suas inalações, com o seu pessoal especializado e com o recurso à ajuda técnica abalizada do exterior, um curso de formação na área de conservação e restauro, com a duração de dois anos, ministrado pela Secretaria e aprovado por despacho conjunto dos então Secretários da Administração Interna e da Educação e Cultura, o Centro foi melhorando o nível dos seus quadros, começando por colmatar lacunas, nomeadamente ao nível da formação inicial dos técnicos auxiliares de conservação e restauro. De seguida apostou-se no pessoal técnico e técnico-superior criando-se 4 bolsas de estudo para frequência de cursos superiores de conservação e restauro que foram preenchidas, ao mesmo tempo que, progressivamente se foi alterando o quadro de pessoal para responder às necessidades existentes e às alterações decorrentes desse esforço de formação.

É pois de bradar aos céus que, não obstante o dinheiro gasto com a preparação dos 4 técnicos que frequentaram cursos com bolsas pagas por todos nós, nas escolas superiores de Conservação e Restauro de Lisboa e de Tomar, a falta tremenda que deles se faz sentir, tanto para trabalhos no Centro como por essas ilhas fora, a obrigatoriedade que lhes foi imposta de darem à Região, da mesma forma como lhe foi concedida a bolsa, pelo menos tantos anos de serviço quantos lhes foram pagos, a mais recente actualização do quadro de pessoal, face ao dito compromisso para com os formandos que o Estado igualmente não pode deixar de cumprir e que foi efectuado e bem em 26 de Fevereiro de 1997 (Decreto Regulamentar Regional n.º 2/97/A), os mesmos estejam a chegar aos Açores e a serem mantidos numa situação dúbia, precária, injusta, que revolta tudo e todos e que não pode, de forma alguma, continuar assim por mais tempo.

Uma das finalistas face à indefinição mencionada, caminhou para a Bélgica para fazer um estágio. A outras duas foram dadas no ano passado, tarefas temporárias nas Flores ou em Angra do Heroísmo, depois de muito mendigarem e "contra recibo verde". O último dos interessados está a acabar o seu estágio e não deve tardar a aparecer por aí a reclamar o que por direito a todos lhes é devido.

Passou-se o ano de 1997, estamos já em 1998 e entretanto foi-se prometendo às pessoas, como vem sendo, ultimamente, cada vez mais hábito, que já amanhã se lhes ia resolver o problema, que pelo menos duas das vagas iriam ser descongeladas, até ao fim do ano passado, depois até ao último dia de Janeiro, agora já de 1998, idem aspas ao longo de todo o mês de Fevereiro, já estamos em Março e agora com a afirmação que já está tudo autorizado, reacendendo-se a esperança que talvez seja desta feita que se vai resolver tudo isto num protelar de uma decisão simples

que se desejaria pronta, atempada e eficaz por oposição ao que tem vindo a ser, ou seja, "não se ata nem se desata", como o nosso bom povo diz!

Até quando? Porquê é que já não mandou proceder aos indispensáveis descongelamentos, nomeadamente ao longo de todo o ano passado para resolver o problema de uma vez, ou seja dos quatro bolseiros e não só de parte deles, como poderá haver a tentação de se fazer!

Como se explica que se tenha perdido todo este tempo precioso? Aliás, em flagrante contradição com a referida actualização do quadro de pessoal que foi até então sinal de bom agoiro.

A continuarmos assim está-se a brincar com as pessoas, com os jovens em particular, nomeadamente estes em que a Região apostou e de quem tanto precisa. Tanto eles como as respectivas famílias, estão cheios de razão em protestarem, ao que parece até a este momento, em vão, contra tão flagrante injustiça, verdadeira falta de lesa-património que tem de acabar.

Pelo respeito que nos merecem. Pela carência que deles temos. Cumprida que foi a parte deles, não deixe agora o Governo Regional de cumprir a sua.

Tenho dito.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência** (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Aproveito para informar que está sendo preparada na DROAP uma resolução de descongelamentos para todos os departamentos da Administração Regional a ser aprovada e publicada o mais breve possível. Essa resolução terá sobretudo em conta as carreiras dos grupos mais carenciados, carreiras específicas nomeadamente da saúde, grupos técnico e técnico superior, um grande reforço ao nível relacionado com matéria recentemente aqui discutida e aprovada de guardas florestais.

Também ao nível da administração, aproveito a oportunidade para informar os Srs. Deputados de que decorrente do imperativo legal do Decreto-Lei 81/96/A, foram regularizadas as situações na Região de cerca de 1000 falsos tarefeiros, o que me parece também ser uma boa notícia e sobretudo uma questão de justiça.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não venho aqui fazer história sobre a electricidade até porque me faltam os conhecimentos. Pretendo tão só referir que, a partir de 1884, com a invenção dos geradores e de seguida com a dos transformadores de corrente, a electricidade, pela sua importância, entrou na vida moderna e alcançou rapidamente um lugar de extraordinária relevância.

Hoje é sobejamente conhecido por todos que a energia desempenha um papel essencial no processo de desenvolvimento económico e social e, conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Considerando que só no princípio do século XX e depois do aperfeiçoamento da lâmpada incandescente os geradores começam a expandir-se por todo o mercado Mundial, procurados inicialmente como fonte de iluminação, facilmente concluímos que não levou três décadas a chegar aos Açores pois, chegaram por volta de 1930.

Nos anos quarenta já existia energia eléctrica nas duas sedes de concelho da Ilha de São Jorge, mas só no ano de 1988 é que foi adquirido um gerador para a Fajã de São João que, por esse facto, foi o último lugar habitável da acima referida ilha, e naturalmente dos Açores, a beneficiar deste preciosíssimo e indispensável componente da vida moderna.

Sr. Presidente , Srs. Deputados , Sr. Secretário Regional:

Se é certo que os Açores passaram a usufruir da electricidade três décadas depois da criação dos geradores e as duas Vilas de São Jorge passados 40 anos, também é verdade que o espaço de tempo entre a chegada da luz à acima referida ilha e à Fajã de São João, é significativamente superior ao correspondente entre o invento e a utilização por parte já de um número significativo de jorgenses.

A propósito, julgo oportuno referir que as promessas, relativas à electrificação da Fajã dos Vimes, feitas desde 1982 por diversos Governos do P.S.D., já se tornaram realidade e não se pode ignorar que o correspondente concurso e execução da obra reporta-se à vigência deste Governo.

Assim, no passado mês de Fevereiro, finalmente, a supracitada Fajã deixou de ter o seu gerador comunitário (que só trabalhava algumas horas por dia) e passou a beneficiar de energia produzida pelo centro de exploração de ilha.

Presentemente, e segundo me consta, todos os aglomerados populacionais da Região Autónoma dos Açores beneficiam de energia eléctrica fornecida 24 horas por dia pela Empresa de Electricidade dos Açores, com excepção da Fajã de São João onde ainda funciona uma central comunitária durante poucas horas por dia. Esta situação, por si só, já é bastante penalizadora para os residentes e neste pressuposto não posso silenciar a decisão do Conselho de Administração da EDA-SA. que se prende com o corte da atribuição de gasóleo para consumo do acima referido gerador, a partir do dia 1 do próximo mês de Abril, quando sabemos que sempre a referida empresa disponibilizou combustíveis para geradores que tinham por missão fornecer energia (se bem que de forma precária) às comunidades que não estavam abrangidas pela distribuição da EDA-SA.

Mais difícil se torna encarar esta situação quando sabemos que esta medida só é tomada quando esta Fajã passa a ser o único povoado desta Região sem energia eléctrica fornecida pela EDA e por consequência penalizada com escassas horas de luz por dia.



Sr. Presidente , Srs. Deputados , Sr. Secretário Regional:

A solidariedade não pode ser só pensada de fora para dentro, tem, sobretudo, que ser manifestamente aplicada internamente e, em prol dela conhecemos o trabalho desenvolvido pelo Senhor Secretário Regional da Economia. A título de exemplo refiro a despenalização das passagens aéreas que traziam sobrecustos na ordem dos 32% para uma grande parte dos Açorianos que se deslocavam ao Continente via S. Miguel.

Esta informação foi oportuna porque muito recentemente a bancada do PSD acusou-me de eu ter trazido esta questão e do Governo a não ter debelado.

Pois é!

Nunca conseguiram ultrapassar esta tremenda injustiça, quando eram governo e imprudentemente caíram na leviandade de ignorarem, por completo, a realidade dos factos.

Finalizo esta intervenção, pedindo ao Senhor Secretário Regional aqui presente,...

**Vozes da bancada do PSD:** Não está presente!

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Só se em espírito!

**O Orador:** ... que peça ao seu colega da Economia que interceda junto do Conselho de Administração da Empresa de Electricidade dos Açores no sentido de continuar a atribuir iguais quantitativos de gasóleo aos que desde há muito concediam e enquanto não fornecerem, directamente energia à Fajã de São João.

Disse

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Usando da faculdade que me confere a alínea c) do art.º 89 do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores — Período Antes da Ordem do Dia para o tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região — trago aqui dois sectores que em meu entender são fundamentais para o desenvolvimento harmónico e solidário das populações, bem como a qualidade da vida e bem estar das mesmas: a **SAÚDE** e a **EDUCAÇÃO**.

Está consagrado na Constituição da República Portuguesa o direito que todo o cidadão tem à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.

Compete ao Estado, e neste caso à Região, garantir o acesso de todos os açorianos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e da reabilitação.

Com a especificidade de vivermos numa Região como a dos Açores e dado a sua descontinuidade geográfica, existe dificuldade de alguns açorianos terem acesso aos melhores serviços de Saúde na Região.

Como por exemplo os Jorgenses!!!

Os Centros de Saúde que foram criados em quase todos os concelhos desta Região, têm como definição uma unidade prestadora de cuidados de saúde primários ou essenciais, tendo por objectivo a promoção e vigilância da saúde, dirigindo a sua actividade ao indivíduo, à família e à comunidade onde está inserido, e tem uma maior importância nas ilhas onde não existem Hospitais, como é o caso das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico, Flores, Corvo e **São Jorge**.

Para as gentes que vivem nestas ilhas o sector da saúde é uma preocupação diária e constante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Programa deste Governo Socialista preconizava uma redefinição estratégica dos cuidados a prestar em cada ilha e que cada Centro de Saúde deveria ser tendencialmente autosuficiente em cuidados de saúde essenciais.

O PS também entendia que era necessário **Humanizar o Atendimento** e passo a citar:

"Humanizar não significa somente manter um relacionamento afável e cortês com os utilizadores dos serviços. Significa, sobretudo, facultar os cuidados de uma forma **adequada, expediente** e no local mais cómodo por forma a minorar o seu sofrimento".

Quero aqui apenas lembrar a esta Câmara que o que atrás referi ficou-se pelas palavras.

No que se refere à Ilha de São Jorge e mais concretamente ao Centro de Saúde das Velas pergunto:

- Como pode este Centro de Saúde ser tendencialmente autosuficiente, quando vários equipamentos para exames complementares de diagnóstico, como por exemplo Raio X e equipamento de Electrocardiograma se encontram completamente obsoletos?

- Como pode ser tendencialmente autosuficiente, quando sob administração do Governo do PS os médicos começam por se ir embora?

O Partido Socialista ou mais concretamente os seus candidatos em campanha eleitoral nas Legislativas/96 referiam:

" É mais sensato acarinhar, ou pelo menos não hostilizar os médicos que cá estão, porque se eles se forem embora, muito dificilmente serão substituídos" — citei!!!

Ora aí está!!!

O próprio cabeça de lista (o único eleito) era médico com a esposa no Centro de Saúde das Velas e meses depois do Partido Socialista ser Governo, abandonaram o Centro de Saúde e foram para o Continente.

Não está em causa nem a pessoa nem o médico.

O que está aqui em causa é que os jorgenses foram **traídos**, sendo a responsabilidade deste Governo Socialista e até à data não deu quaisquer satisfações aos jorgenses, nem resolveram a questão.

A saída de dois médicos do Centro de Saúde das Velas veio e em muito a perturbar o seu funcionamento.

Existe uma preocupação constante por parte da população de que o SAP (Serviço de Atendimento Permanente) passe a regime de PREVENÇÃO, o que causará uma insegurança psicológica à população de São Jorge em geral, e no concelho das Velas em particular.

Sobre esta matéria fiz no mês passado um requerimento dirigido ao Governo, que espero venha a ser respondido e não tome o mesmo caminho de alguns requerimentos que por aí andam há mais de um ano e que ainda não obtive resposta (pelo que parece, vai acabar esta história).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nesta altura discute-se a organização e funcionamento dos Serviços de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

- Julgo ser de extrema importância que tal aconteça.

- Mas há situações actuais que são óbvias e estão diagnosticadas, e espero que esta discussão sobre a saúde na Região Autónoma dos Açores, não sirva para mais um paliativo que este Governo tanto gosta de usar e que se actue rapidamente neste sector vital.

### **Quanto à Educação...**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A qualificação dos recursos humanos é uma condição fundamental para o desenvolvimento e expansão económica, bem como para a afirmação de uma identidade.

Hoje, nos Açores, cada indivíduo, para além do cumprimento da escolaridade obrigatória, pode progredir, conforme a sua vontade e capacidade, até aos mais elevados graus de educação em algumas áreas, até sem sair da Região.

Na escola deve existir uma boa qualidade de ambiente educativo, de forma a que o estudante se sinta motivado, tornando-se ele mesmo, num sujeito activo do seu próprio processo educativo.

O Programa do Governo Socialista, neste capítulo da Educação, preconizava o seguinte:

E passo a citar:

"A dispersão geográfica e a baixa densidade demográfica deverão ser aproveitadas para incentivar a **criatividade** e a **inovação**, ao invés de ser uma constante desculpa para a não concretização de projectos, ou para a falta sistemática de iniciativas"

E mais adiante refere ainda...

"Tornar a educação uma prioridade — e como diria Guterres, uma paixão —, não apenas nas palavras, mas dotando-a dos meios necessários à melhoria dos espaços físicos, dos equipamentos pedagógicos e das condições de vida e de trabalho de alunos, funcionários e docentes".

Estou em pleno acordo com o que atrás acabei de citar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Plano e Orçamento para 1998, no Programa 18 — DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCACIONAIS, no Projecto 18.1 — CONSTRUÇÕES ESCOLARES prevê para a Escola Básica 2,3/S das Velas de São Jorge com o fim de elaboração do projecto, início da empreitada, ampliação e grande reparação das instalações escolares a quantia de 25.000 contos e que é uma verba irrisória. Mas isto não está em causa.

O que está em causa é que esta escola está **completamente degradada**, pondo em causa a segurança dos alunos, funcionários e docentes.

Dois técnicos que visitaram esta escola nestes últimos dias devem com certeza ter feito um relatório real e pormenorizado para conhecimento do Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais.

A degradação é tal que não é necessário ser-se técnico para se aperceber de que é necessário:

- Substituir todas as coberturas da escola;
- Substituição de quase todos os pavimentos (Devido à infiltração de águas);
- Substituição de toda a rede eléctrica (a actual está condenada).;
- O ferro está a aparecer em vários sítios, rebentando com as alvenarias, etc..

Penso que os 660 alunos que frequentam esta escola merecem ter uma escola com dignidade e segurança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Deixava aqui uma sugestão ao Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais, que não está presente, mas o Sr. Secretário Adjunto encarregar-se-á de lhe dar o recado.

Leia bem e com atenção os relatórios elaborados pelos técnicos, e como de quando em vez (e se o tempo está bom ) o Sr. Secretário costuma ir a São Jorge em "**visita relâmpago** numa **avioneta**, passe pela Escola Básica 2,3/S das Velas e pense se não será melhor e mais razoável fazer uma nova escola.

Fica aqui a minha opinião e a minha preocupação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não somos nem queremos ser os profetas da desgraça.

Queremos e somos a voz daqueles que sentem e sofrem na pele estas adversidades.

Não aceito como respostas a estas situações aqui levantadas de que são :

Heranças do passado ou coisa parecida.

A minha geração — refiro-me à idade e à política — não admite que sempre que se levante uma questão a resolver no presente nos venham invocar o passado.

Vivam os senhores de memórias...

Nós vivemos no presente, trabalhamos e lutamos para um melhor futuro.

Estou aqui legitimamente eleito para trazer a esta Casa e fazer todas as perguntas necessárias para defender os interesses daqueles que me elegeram.

Espero que esta intervenção não seja apenas mais uma para engrossar a coluna da estatística do Período Antes da Ordem do Dia...

E que este Governo que é **Habilidoso** em conversa, **Chá e Simpatia** — ultimamente nem tanto — dê o devido tratamento a estas matérias.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser rapidíssimo:

1.º — Retive e apreciei que o Sr. Deputado Mark Marques tenha dito na sua intervenção que a escola das Velas está completamente degradada, degradação total, e que não é necessário ser técnico para se perceber.

Eu não sou técnico e a primeira vez que entrei nessa escola, já ela estava degradada e isto já foi em 1985.

2.º — A visita relâmpago do Sr. Secretário, a última de todas, foi exactamente para assinar a compra de um terreno para fazer a Escola Básica Integrada do Topo.

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio para uma intervenção.

**Deputado João Forjaz Sampaio (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Agricultura constitui não apenas o cerne da actividade de maior peso sócio-económico dos Açores, mas actua também como garante do equilíbrio existente entre os espaços rurais e urbanos e a conservação das características paisagísticas de todas as ilhas, considerado este último, o nosso mais precioso recurso endógeno, que a par de outro importante pilar, o turismo, constituem os dois vectores indispensáveis para o desenvolvimento social e económico.

Porém, aderir a uma nova política para o sector Agrário, implica naturalmente a modernização e a aplicação racional de todos os meios colocados à disposição dos nossos agricultores, nunca perdendo de vista as nossas condições específicas de dispersão do território por nove parcelas, as condições agro-climáticas, que são diversas, os diferentes graus de dependência do exterior, quer a nível da disponibilidade e adequação dos meios de transporte, quer do abastecimento dos factores de produção e, até, da futura colocação dos produtos finais transformados, que se destinam a serem comercializados no exterior da respectiva ilha ou da nossa Região.

O reforço deste sector assume obrigatoriamente neste contexto, um objectivo estratégico da máxima importância, até porque são bem conhecidas dos açorianos as balizas impostas aos produtores das

actividades nele desenvolvidas, tanto a nível dos preços como das apertadas normas de qualidade.

Na realidade, mesmo que os diversos constrangimentos específicos, dos quais anteriormente já enumerámos alguns, estivessem a ser ultrapassados com êxito, há que ter em conta os meios privilegiados de intervenção de que dispomos para tornar esta actividade mais aliciante, face à tendência que se prevê nos mercados para uma redução das margens de comercialização.

O processo de renovação passa e como muito bem propõe a política encetada pelo actual Governo Regional, pela assunção de medidas orientadas para a modernização e melhoria da competitividade, na perspectiva de eliminar progressivamente os vários estrangulamentos e promover a consolidação e estabilidade das diversas actividades do sector. Neste enquadramento, será sobretudo à custa do aumento da eficiência dos sistemas de produção adoptados na agricultura, nomeadamente na agropecuária, actividade com inquestionável importância e peso económico e no aproveitamento das reais potencialidades edafo-climáticas que irá permitir a obtenção de outras produções que será necessário trabalhar. Estas produções, contrariamente ao que muitos ainda poderão pensar, não entram em concorrência com o espaço físico onde se pratica a agropecuária, uma vez que poderão ser obtidas nas áreas marginais daquela actividade.

Pelas suas características não encontram dificuldades de colocação nos mercados exteriores e, internamente, poderão constituir uma importante complementaridade para a economia do sector, pois a quase totalidade das poucas experiências encetadas até agora, gera nessas áreas marginais para a agropecuária, rendimentos superiores aos obtidos por esta actividade considerando, evidentemente, os mesmos parâmetros de comparação.

A prática de culturas mais específicas, mais ricas, algumas delas nunca praticadas como culturas de interesse económico pelos agricultores, mas por vezes até mais simples, exige contudo um nível de conhecimentos diferentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O incremento das medidas que poderão ser desenvolvidas no sentido de uma melhor gestão dos recursos e planeamento das explorações, através da adopção de novos sistemas de produção assenta principalmente na Formação Profissional Agrária.

Esta importante componente da Formação Profissional arrancou na Região logo no início do ano de 1988, tendo por base o programa apresentado ao abrigo do PEDAP e aprovado pela Comunidade Económica Europeia. Este programa surgiu contudo da necessidade de satisfazer o compromisso que os agricultores assumiam perante a C. E. E., quando beneficiários dos apoios comunitários para a execução de projectos de investimentos nas suas explorações e concedidos ao abrigo da Regulamentação Comunitária em vigor e conhecida por 797. O programa incluía várias acções destinadas a técnicos, como a de formação para

formadores, e uma série de cursos de curta, média e longa duração para agricultores.

Porque entendemos que a continuidade das acções de Formação Profissional é na realidade um dos meios mais eficazes para a difusão dos conhecimentos, desejamos manifestar o nosso apoio ao programa apresentado para os anos de 1998/99 pela Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

O programa inclui um total de 59 cursos, sendo 13 temáticos e de curta duração, 36 de média e 11 de longa duração, especialmente concebidos para a obtenção, por parte dos agricultores de qualificação para que lhes seja reconhecida a capacidade profissional.

Muito embora possa vir a sofrer ajustamentos, parece-nos também adequada a sua distribuição espacial pelas várias ilhas com a realização de acções que cobrem especialmente as diferentes áreas técnicas da agropecuária sem contudo esquecer as restantes culturas, quer as agroindustriais, quer as do sector da horto-fruti-floricultura.

Importa também realçar a realização de outro tipo de eventos, como sejam as jornadas ou seminários, mais específicos e destinados aos produtores, técnicos e dirigentes das organizações dos agricultores, sempre úteis pela troca de experiências e novas informações que proporcionam. Foram um bom exemplo as Jornadas sobre a produção de batata nos Açores, que decorreram no início deste ano.

Fazemos pois votos pela continuidade das acções de formação e promoção de outras acções de divulgação, destinadas aos agricultores e aos demais agentes intervenientes no desenvolvimento do sector agrário.

Disse.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O tema que trago a esta tribuna não será tanto polémico a nível político-partidário como a nível técnico e estratégico.

As reflexões que tentarei deixar são produto de uma análise conjunta de vários agentes que desde há alguns anos têm vindo a interessar-se pela problemática do transporte marítimo de passageiros, como vértice crucial para a inter-relação sócio-económica e cultural das populações das nossas ilhas, mas especialmente como alavanca para o sector turístico.

Antes de mais, será importante referir que o núcleo da questão não será tanto o tipo de barco, e quem o opera ou quando.

Devemos pois partir de uma análise preliminar que terá a ver com o mercado, sua segmentação e características dos serviços a implementar.

Desde logo, as variáveis geográficas e climatéricas da Região obrigam a que não se possa pensar em barcos rápidos para a ligação entre grupos ou na sua operação durante todo o ano mesmo dentro dos grupos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Definitivamente, haverá também que separar sistemas de transportes de passageiros de sistemas de transporte de mercadorias.

Estes últimos, dentro e para fora da Região, em carga contentorizada ou não, tem características e meios próprios, com um serviço em fase comercial bem mais adiantada, satisfazendo razoavelmente as ilhas (que não um preço) e necessitando de avanços e investimentos provavelmente menores e certamente de outra índole.

Desde já, e ainda, a referência inevitável às necessidades de investir não só em soluções navais, mas também e concomitantemente em estruturas em terra, tais como gares, portos e acessos.

Avançando um pouco e concretizando a noção de que devemos centrar o nosso esforço de análise no mercado e serviço a prestar, é fundamental perceber que para além do circuito Madalena/Horta (e até mesmo neste) todos os outros têm de focar a procura turística mais do que a procura interna.

Só a procura turística viabilizará economicamente, e a médio prazo, investimentos em meios de transporte marítimos de passageiros para outros circuitos que não o citado.

Pode-se entretanto afirmar que numa primeira fase, este é um tipo de oferta que tende a gerar a sua própria procura.

Porém, a sua sustentação económica passe, em grande medida, por uma dicotomia credibilizante perante aqueles que são os canais de colocação de turistas nos Açores.

Os agentes de viagem têm de ser ouvidos em todo o processo que se destine a criar condições de transporte marítimo de passageiros, dando indicações e sugerindo acções ou ideias que visem dar forma a um projecto que ofereça os meios à procura turística actual, melhorando a qualidade do serviço oferecido e criando novos produtos, de molde a que no prazo de três a cinco anos possa surgir todo um novo pacote de serviços que projectem a procura turística dos Açores como Arquipélago, compatibilizando ainda o contributo do turismo para o tal desenvolvimento harmónico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Devo aqui fazer um parêntesis sobre algumas das tendências estruturais da procura turística a nível mundial, segundo as grandes organizações da especialidade.

A tendência de crescimento do turismo de sol e praia é menor do que a do turismo de natureza, onde ambiente, segurança e qualidade pontificam.

Outra tendência indicia uma subdivisão cada vez maior dos períodos de férias, em que a repetição do ciclo de sete dias é o cenário que se posiciona mais fortemente.



Estes dados são da maior importância para esta reflexão, pois que indicam nas grandes perspectivas futuras algumas oportunidades para uma Região em que algum atraso urbano e tecnológico poderá reverter em vantagem comparativa se explorada como atracção para um turismo que não de grandes massas, mas de grandes desejos de espaço verde e segurança.

Posto isto e antes de avançar mais, gostaria de referir que face ao já exposto não faz para mim qualquer sentido a existência de um "Ferrie" transportando passageiros, carros e mercadorias, como foi defendido no último encontro promovido pela Secretaria da Economia.

Uma unidade deste tipo não serve certamente para o turismo açoriano, não existindo por outro lado massa interna para viabilizar este investimento a médio prazo.

Um circuito açoriano prestado por um "Ferrie" não teria seguramente a procura dos comerciantes, pois que estes não estariam dispostos a imobilizar meios durante períodos mais ou menos longos.

Ao contrário, para existir frequência, o circuito teria de se cingir a dois ou três pontos.

Mesmo assim, julgo que tal seria economicamente inviável, pois que não existe nem se perspectiva uma procura que o justifique sem aniquilar outros tipos serviço já instalados.

Para concluir a reflexão sobre os "Ferries", não podemos esquecer que, para além da perturbação do serviço de cabotagem, uma unidade com estas características obrigaria a enormes investimentos nos portos.

Paralelamente a arqueação que permitiria operar em segurança durante todo o ano, não seria compaginável com o mercado e especificidades da Região em termos de estruturas, de população residente, de mercado e de características geoclimáticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É preciso também perceber que barcos lentos e de esplanadas contemplativas nada têm a ver com o que aqui analisei, tendo o seu lugar noutro tipo de serviço e mercado, sendo que para tal já existem vários investimentos em curso, logicamente importantes a nível da animação turística.

O grande passo deverá ser então no sentido de dotar a Região de meios para fazer ligações em barcos rápidos de passageiros dentro de cada grupo de ilhas.

A especificação das unidades para cada serviço terá de ser aprofundada em análise circunstanciada, mas sem grandes ilusões de operações ao longo de todo o ano, dadas as condições climatéricas permanentes e a curva da procura turística caracterizada a prazo por uma enorme sazonalidade.

No imediato, o circuito Horta-Madalena está ganho e a sua extensão invalida grandes investimentos para incrementar a rapidez, porque os ganhos de tempo seriam irrisórios e não gerariam resultados marginais.

O percurso Horta/Velas e especialmente Cais/Velas serão aqueles em que a validade económica será mais fácil de atingir, pois que a sua procure

marginal será muito beneficiada por um barco rápido, conforme a análise dos dados que suportam estas reflexões poderá provar e eu terei o maior gosto em confrontar com alguém.

Nestes percursos e nos do Grupo Central, julgo que se pode para já situar uma unidade naval de 150 a 200 passageiros, com uma velocidade de serviço de cerca de 20 nós e com uma capacidade para bagagens paralelizada com a das aeronaves que originam a sua principal procura (turística).

A problemática acerca do tipo de casco conflui com outras preocupações já manifestadas e terá também de ser compatibilizada com outras variáveis a saber:

1.º A Transmaçor possui duas embarcações vocacionadas para o transporte de passageiros.

2.º Estes barcos operam durante todo o ano no Grupo Central, tendo de fazer anualmente reparações e havendo que contar com as avarias que são mais ou menos frequentes.

Não desejando entrar por debates acerca do futuro destas embarcações — os chamados cruzeiros — penso que uma terceira unidade, com as características citadas, de casco único e estudada para as nossas peculiaridades de mar, poderá servir o Triângulo e o Grupo Central no Verão e substituir em "roleman" as outras durante o Inverno, pois que esta é a solução técnica mais apropriada para as nossas condições adversas de mar, adaptando-se em velocidade e manobralidade ao tipo e dimensão de onda.

Para os percursos do Grupo Ocidental e Oriental serão necessários mais estudos acerca das características das embarcações e do serviço que se pretender instalar.

Não me sinto aqui e agora habilitado para sobre tal especular, mas admito que para diferentes casos deverão existir diferentes soluções.

A concluir queria deixar algumas súmulas do que acabei de referir:

1.º - Após dois anos de experiências e quando se entra no terceiro há que clarificar e planificar.

2.º - O Governo tem de dar um primeiro empurrão, proporcionando condições aos privados para acederem a fundos que favoreçam os investimentos.

3.º - O Governo tem também de clarificar a sua posição na planificação do processo e na credibilização dos projectos, particularmente perante os agentes turísticos.

4.º - Há ainda que planificar, em termos globais, as estratégias, objectivos, agentes e parcerias, tendo em vista que estes meios poderão ser cruciais para o futuro dos Açores na perspectiva da importância crescente do turismo.

5.º - É imprescindível manter a oferta para que esta não sofra um revés perante a procura e especialmente perante os agentes turísticos.

6.º - O diálogo, aquele que leva às decisões, é imperativo com Autarquias, agentes marítimos e agentes de viagem para que este processo possa ter êxito.

7.º - Maquilhagens públicas e processos de resolução pontual desta problemática, sem as grandes definições necessárias, porão em risco uma vasta área de desenvolvimento e tornarão simultaneamente inóquios e inconsequentes os esforços públicos e privados desenvolvidos até à data.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O trabalho do deputado, representante do Povo dos Açores, não se deve restringir à simples actividade parlamentar, entendida esta como o estrito cumprimento do seu papel de legislar, fiscalizar e apreciar as acções do Governo, de participar activamente num somatório de reuniões de comissão ou em proferir muitas intervenções mais ou menos inflamadas nos Plenários da Assembleia Legislativa Regional.

Há outra vertente da actividade do deputado que muitas vezes não é relevada, mas que não é menos importante, se for desenvolvida a propósito e com independência político-partidária.

Referimo-nos, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados, àquela que ficou conhecida como a função de *Ouvidor do Povo*.

Neste particular, queremos realçar e trazer à consideração de V. Ex<sup>ª</sup>s algumas reflexões sucintas.

Nunca será demais relevar o importante papel e o espaço que por direito próprio está reservado às nossas comunidades açorianas da diáspora, no quadro da nossa Autonomia.

Nunca será demais afirmar o respeito e admiração de todos nós pelo trabalho altamente meritório, que as Casas dos Açores desenvolvem na divulgação e na defesa dos valores da açorianidade, junto das diversas comunidades onde se inserem, seja no Continente Português ou nos países de acolhimento.

Com este entendimento a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, a quem está incumbida pelo Regimento desta Assembleia o tratamento destas matérias, realizou recentemente nas Casas dos Açores do Norte, do Algarve e de Lisboa, reuniões de trabalho com as respectivas direcções.

Ficou desde logo bem patente o regozijo e quase gratidão pelo que a nossa presença significava, tendo-nos sido referido que em mais de 20 anos de Autonomia e no que se referia principalmente à Casa dos Açores de Lisboa, a mais antiga, era a primeira vez que uma Comissão de Deputados desta Assembleia se tinha deslocado em missão de trabalho parlamentar

junto daquelas importantes *Embaixadas da Açorianidade e centros vivos da religiosidade açórica* bem patente nos Altares que servem de Trono à Coroa do Divino Espírito Santo que, aliás, todas elas orgulhosamente ostentam.

Não queremos obviamente fazer o relato exaustivo dessa Jornada Parlamentar e de Açorianidade, o que constará de Relatório próprio da Comissão a trazer a este Plenário no espaço nobre do período da Ordem do Dia, queremos sim, significar da parte dos Deputados do Grupo Parlamentar do P.S. a disponibilidade e a amizade que nos dispensaram as Direcções das Casas dos Açores que nos receberam com muita honra e elevada dignidade o que aliás é apanágio de todos os açorianos. Daí o nosso reconhecimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma segunda nota queremos aqui deixar e que se prende com a apreciação que nos transmitiram quanto ao apoio financeiro que têm recebido ao longo do tempo por parte dos diversos Governos Regionais. Todas as Casas dos Açores referiram que os apoios financeiros têm sido satisfatórios e que porventura melhoraram com a entrada em vigor das normas do clausulado que constam do Protocolo recentemente firmado entre o Governo Regional, através da Direcção Regional das Comunidades Açorianas, e o Conselho Mundial das Casas dos Açores, cuja presidência está a cargo do Presidente da Casa dos Açores de Lisboa. Registamos pois com agrado a elevada sensibilidade política, nesta área do apoio às nossas Comunidades da diáspora, que os anteriores governos da nossa Região patentearam, reforçada e renovada pelo actual Governo com a introdução dum novo mecanismo de apoios consubstanciado no Protocolo acima referido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A todos os nossos irmãos açorianos representados nas Casas dos Açores do Continente Português, bem como a todos os açorianos das mais diversas comunidades desde o Brasil à Bermuda e Curaçáu, da Venezuela ao Canadá, do Hawai aos Estados Unidos da América, aqui desta Tribuna da Casa Mãe da Açorianidade, enviamos o nosso abraço fraterno e solidário.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS e dos Deputados do Partido Social Democrata Humberto Melo e José Maria Bairos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, terminadas que estão as inscrições, passamos ao **Período da Ordem do Dia**, no qual está agendado um único ponto que se refere a uma iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PSD, cuja apresentação será feita pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos aqui, o Grupo Parlamentar do PSD, para apresentar um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre recuperação de Habitação Degradada e a colaboração nesta matéria entre o Governo Regional e as Autarquias dos Açores.

O parque habitacional dos Açores cresceu nestes últimos anos.

A Região Autónoma dos Açores conta, actualmente, com cerca de 84.250 alojamentos familiares, um esforço que importa continuar a fazer para dar contínua satisfação às necessidades das famílias açorianas e promover o desenvolvimento.

À importante tarefa de fazer crescer o parque habitacional da Região, deve juntar-se o esforço para com eficiência, melhorar a qualidade das habitações existentes, recuperando a parte que se encontra degradada.

No entender do PSD, a oportunidade e a necessidade do Projecto de Decreto Legislativo Regional que agora se apresenta, prende-se com a vontade política de que as autarquias actuem na recuperação dos imóveis de residência fixa degradados, sem condições mínimas de habitabilidade digna e onde moram, apesar disso, pessoas e agregados familiares sem rendimentos capazes de suportar as obras mais necessárias e urgentes.

O exercício de certas competências por parte de órgãos mais próximos das populações (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), é a garantia da melhor eficácia na gestão dos dinheiros públicos. Afinal, é expressão prática do princípio da subsidiariedade.

A autarquia é mais próxima das populações e os autarcas têm conhecimento concreto em matéria social tão sensível, para melhor seleccionar os beneficiários dos apoios a conceder.

O Projecto de Decreto Legislativo Regional que o PSD apresenta, define um quadro jurídico disciplinador, de colaboração técnico-financeira e a coordenação de actuações entre a Administração Regional Autónoma dos Açores e os Municípios da Região, no domínio da recuperação e melhoria de habitações em estado de degradação nos Açores.

Através deste diploma, impede-se a colaboração meramente casuística do Governo Regional com as Câmaras Municipais e garantem-se, para defesa de ambos os poderes, o Regional e o Autárquico, os procedimentos transparentes que evitam o risco de decisões arbitrárias.

A colaboração abrange a intervenção na recuperação de habitação degradada e inclui o apoio para pequenas reparações necessárias por razões higio-sanitárias.

O processo de colaboração concretiza-se por contrato de desenvolvimento cuja minuta-tipo é elaborada pelo Governo Regional.

A participação financeira anual a assegurar pela Administração Regional aos municípios, corresponde no mínimo a 20% do valor total previsto no orçamento regional para as despesas públicas na habitação, garantindo-se a cada município a parcela daquele montante apurado nos termos da distribuição do FEF.

O procedimento para efectivar a colaboração é da iniciativa dos municípios, dirigida a um membro do Governo com competência na área da habitação.

Na execução anual de cada contrato de desenvolvimento, os municípios informam o Governo da sua actuação concreta, instruindo processo com identificação dos agregados familiares e pessoas beneficiárias dos apoios, identificação dos imóveis recuperados, seu estado de conservação, relatório das obras e respectivo valor.

A livre opção das políticas do Governo não fica, por via desta iniciativa legislativa, condicionada. É depois da aprovação do plano e orçamentos regionais — portanto, depois de terminada a verba que o Governo Regional vai dedicar à habitação — que se estabelecem os valores com que a Administração Regional Autónoma dos Açores há-de colaborar com a Administração Local.

Por isso, a exequibilidade material da solução proposta, não nos parece que esteja em causa, até porque não se exigem mais meios do que aqueles que têm estado disponíveis.

Disse.

Obrigado.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para pedir dois esclarecimentos em relação à matéria que foi apresentada.

O PSD propõe que 20% do valor do Orçamento Regional da Habitação, seja transferido para as autarquias locais, mais precisamente para o sector da habitação, de acordo com a proposta feita.

A pergunta que fazia é a seguinte:

Esta percentagem a que chegaram dos 20% deve ter alguma base estatística. Gostaria de saber se existe a possibilidade de haver um enquadramento desta conclusão?

Outro aspecto que gostaria de colocar e que me causa alguma preocupação, embora no vosso preâmbulo se refira a participação às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia, prende-se com alguns artigos que vêm mencionados no texto, onde apenas se referem os municípios, se não vi mal.

A pergunta que colocava é por que é que se procura retirar no corpo do articulado as Juntas de Freguesia?

Eu admito que possa ter feito alguma confusão.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Quanto à sua primeira questão, a resposta é sim. De facto, houve aqui, por conhecimento de execução de orçamentos anteriores e pela conta que aliás foi feita pelo Grupo Parlamentar do PSD relativamente às verbas já do orçamento deste ano, a procura de um valor que tivesse sido ao longo dos tempos mais ou menos dedicado para a recuperação de habitação degradada pelos Governos Regionais.

Estas contas, em matéria de execução, têm andado à volta dos 300 mil ou 400 mil contos.

Esta previsão de 20% aplicada ao Orçamento do corrente ano, andaria à volta dos 500 mil contos.

Portanto, é uma sequência de crescimento lógico e que tem muito a ver com aquilo que tem sido a efectiva execução feita pelo Governo em matéria de recuperação de habitação degradada.

É nesta sequência que apresentámos esse valor e daí a referência que eu fiz na apresentação de que não se estava com esta proposta a exigir mais meios do que aqueles que têm sido utilizados até aqui, numa lógica crescente e razoável do próprio orçamento.

Em relação à segunda questão, este diploma prevê sobretudo procedimentos de colaboração, de certeza e de objectividade na relação entre o Governo e os municípios para esta colaboração técnica e financeira.

De qualquer modo, todo este processo de intervenção, está previsto no Decreto Legislativo 14/95. Aliás, ele próprio já prevê que parte da gestão possa ser feita pelas Juntas de Freguesia.

O facto de estar aqui por forma indicativa no preâmbulo de que deve haver também a possibilidade de intervenção das Juntas, tem a ver com a capacidade que, no âmbito da legislação autárquica, exista delegação de competências do município nas Juntas de Freguesia.

Esta é uma indicação que fica dada no preâmbulo, depois a delegação de competências e a gestão da participação das Juntas de Freguesia nessa matéria pode estar prevista, quer no próprio Decreto Legislativo 14/95, quer pela própria legislação autárquica. É esse o nosso entendimento e daí não termos visto necessidade de pôr no articulado qualquer referência no procedimento da intervenção das Juntas de Freguesia neste processo.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Esta é a última pergunta que eu faço, porque não quero trazer a discussão desta matéria aqui, uma vez que é descabida.

De qualquer maneira, penso que esta parte da nossa ordem de trabalhos também serve para o trabalho futuro que teremos.

A pergunta que eu faria ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, é a seguinte:

Havendo já a possibilidade de se organizar contratos-programa de acordo com a legislação já aqui aprovada entre o Governo Regional e as Juntas de Freguesia, não acha que é um recuo propor-se neste momento a possibilidade desses contratos programa serem feitos apenas com as Câmaras Municipais?

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Deputado Paulo Valadão:

De forma alguma, Sr. Deputado Paulo Valadão, é um recuo. Pelo contrário, o principal objectivo deste diploma, por mim já anunciado e repetido, é garantir alguma objectividade nessa colaboração e também haver alguma certeza da transferência de algumas verbas para cada município sem ser de forma casuística.

Portanto, à partida, o que aqui se atinge com este diploma, é que os próprios municípios, tendo em conta a definição da verba que lhe caberá para essa cooperação Governo Regional/Autarquias, e aquilo que é distribuído por cada município segundo as regras do FEF, há uma objectividade de certeza na distribuição equitativa com todos os municípios da Região.

Não há qualquer recuo. Há um ganho e isto não impede nem exclui outras intervenções, quer do próprio Governo por iniciativa própria na sua tarefa de melhoria do parque habitacional da Região, quer por outras formas de colaboração.

A perspectiva deste diploma é garantir alguma objectividade, certeza, quer de montante quer de prazos, e equidade no relacionamento do Governo Regional com os Municípios dos Açores.

**Presidente:** Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta matéria tem evoluído ao longo dos anos. Há alguns anos tem retrocedido e até houve alturas em que não chegou nenhuma verba do Governo da Região às Autarquias Locais e Juntas de Freguesia.

A pergunta que eu fazia ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, é a seguinte:

Admite a possibilidade, bem como o Grupo Parlamentar proponente deste diploma, uma vez efectuados os protocolos com os municípios, de já nessa altura o município estar abalizado para dizer verba a verba, freguesia a freguesia, onde é que esse dinheiro vai ser distribuído e não deixar isso ao "livre arbítrio" de cada município, porque nessa altura pode haver (esperamos que não haja) "uns filhos e outros enteados" a nível de freguesia?

Era esta a pergunta que deixava a V. Exa..

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.



**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Penso que a questão levantada pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila é pertinente, mas julgo que está solucionada aqui neste projecto de diploma. É que a iniciativa para esta colaboração é dos municípios, dirigida ao membro do Governo com competência na área da habitação.

Há para um desenvolvimento de concretização e até de perspectiva negocial entre o Governo e a autarquia, a possibilidade de, no contrato ou na minuta do contrato de desenvolvimento a assinar entre o Governo e a autarquia, fazer todos esses desenvolvimentos e toda essa cooperação estendida à participação das Juntas de Freguesia, com certeza.

Acho que o momento até é próprio nessa altura, e aí com alguma liberdade negocial entre a autarquia, as Juntas de Freguesia e o Governo, de se resolver isso no contrato de desenvolvimento a assinar.

**Presidente:** Parecendo não haver mais intervenções sobre este ponto, damos por terminada a discussão sobre o mesmo.

Assim sendo, a Mesa da Assembleia propõe ao plenário a aprovação da seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Março.

Sala das Sessões, 25 de Março de 1998."

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** A todos, a Mesa agradece a colaboração e deseja um bom regresso às vossas casas.

Até à próxima sessão plenária.

*(Eram 20.20 horas)*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - António Silva Melo, **PSD** — José Manuel Nunes.*

*Deputados que faltaram à Sessão **PS**- Dionísio Sousa \*, Fernando Menezes \*, José Humberto Chaves; **PSD** - Francisco Xavier Rodrigues, Victor do Couto Cruz \*; **PP** - Alvarino Pinheiro \**

*\* Os Deputados acima mencionados, faltaram à presente Sessão por se terem deslocado à Assembleia da República em representação da ALRA, a fim de entregar a Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia República, a Proposta de Lei relativa à "Segunda Revisão do Estatuto Político- Administrativo da RAA)*

---

## DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

### Projecto de Decreto Legislativo Regional

O regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional autónoma e a administração local, definido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/95/A, de 28 de Abril, tem demonstrado, ao longo da sua vigência, ser um instrumento útil ao serviço do desenvolvimento dos Açores, intensificando uma relação entre o poder regional e o poder local potenciador de harmonia e complementaridade nos investimentos em prol do bem comum.

O exercício de certas competências por parte dos órgãos eleitos que se encontram mais próximos das populações é a garantia de melhor eficácia e da racionalização na utilização dos dinheiros públicos, ao serviço dos cidadãos.

A recuperação do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores - habitação degradada e pequenas ampliações necessárias por razões higio-sanitárias - é seguramente um desafio que poderá mais facilmente ser ganho pela cooperação efectiva entre os poderes regional e local.

A existência de um enquadramento legal estruturante, definidor de critérios de objectividade e de certeza, que evite opções de cooperação casuística e avulsa, potencia uma colaboração técnico-financeira entre o Governo Regional e as Câmaras Municipais insuspeita e estável.

A colaboração entre Governo Regional e câmaras municipais poderá ainda ser extensiva às juntas de freguesia, por delegação de competências do município respectivo, devendo este assegurar o adequado financiamento e o apoio técnico necessário.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e do artigo 129º do Regimento da assembleia Legislativa Regional dos Açores, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227º da Constituição e da alínea c) do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto, o seguinte projecto de Decreto Legislativo Regional:

**Artigo 1.º**  
*(Objecto)*

Constitui objecto do presente diploma a definição do quadro jurídico disciplinador da colaboração técnico-financeira e a coordenação de actuações entre a Administração Regional Autónoma dos Açores e os Municípios da Região, no domínio da recuperação e melhoria de habitações em estado de degradação nos Açores.

**Artigo 2.º**  
*(Âmbito)*

A colaboração técnico-financeira e a coordenação de actuações entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Local nos Açores abrange as seguintes áreas de intervenção:

- a) Recuperação de habitação degradada;
- b) Pequenas reparações necessárias e urgentes, nomeadamente por razões higio-sanitárias, incluindo a cedência do respectivo projecto.

**Artigo 3.º**  
*(Processo)*

1 - A colaboração técnico-financeira, prevista no artigo anterior, concretiza-se por contratos de desenvolvimento.

2 - A minuta dos contratos-tipo é elaborada e aprovada pelo Governo Regional, sob a forma de Resolução, e é publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

**Artigo 4.º**  
*(Comparticipação financeira)*

1 - A comparticipação financeira anual a assegurar pela Administração Regional Autónoma aos municípios da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da colaboração prevista no artigo 2º, corresponde, no mínimo, à percentagem de 20% do valor total previsto no orçamento regional para as despesas públicas na Habitação.

2 - A cada Município proponente de colaboração, através do respectivo contrato de desenvolvimento, é garantida a parcela do montante previsto no número anterior apurada nos termos da distribuição do FEF que lhe é distribuído.

**Artigo 5.º**  
*(Beneficiários)*

Têm acesso aos apoios municipais para as intervenções previstas no artigo 2º, os agregados familiares ou as pessoas que residam no respectivo Concelho em estado de desequilíbrio sócio-económico.

**Artigo 6.º**  
*(Minutas)*

A minuta dos contratos de colaboração técnico-financeira é elaborada pelo Governo Regional em simultâneo com o orçamento regional e é publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, imediatamente à aprovação, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, do Plano e Orçamento regionais.

**Artigo 7.º**  
*(Procedimentos)*

1 - A proposta para a colaboração técnico-financeira prevista no artigo 2º é feita pelos Municípios, dirigida ao membro do Governo Regional com a competência de tutela administrativa das autarquias locais da Região Autónoma dos Açores, e apresentada após a aprovação e publicação do orçamento regional, até ao prazo limite de 90 dias, contados a partir daquela data.

2 - A proposta de colaboração é instruída com os seguintes elementos:

- a) Identificação dos agregados familiares ou das pessoas em estado de desequilíbrio sócio-económico a beneficiar do apoio;
- b) Identificação do imóvel;
- c) Relatório técnico, aprovado pela câmara municipal, comprovativo do estado de conservação do imóvel e das obras de que carece, com orçamento do respectivo custo;
- e) Declaração de compromisso, do beneficiário, de início das obras no prazo de 60 dias, a contar da data da notificação da assinatura do contrato de colaboração técnico-financeira;
- f) O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado, por igual período, mediante apresentação de requerimento fundamentado, à câmara municipal.

3 - O Governo Regional aprova, por resolução, as propostas de colaboração técnico-financeira, no prazo de 60 dias contados após a sua recepção, e concretiza a atribuição da comparticipação mediante a elaboração do contrato de desenvolvimento.

4 - A assinatura do respectivo contrato e o pagamento da comparticipação, por transferência financeira para a autarquia, é notificada à câmara municipal e marcada para um prazo não superior a 30 dias, contados após a aprovação da proposta.

5 - A câmara municipal, outorgante do contrato de colaboração técnico-financeira, fica obrigada a comunicar ao membro do Governo Regional com a competência de tutela administrativa das autarquias locais da Região Autónoma dos Açores, o início e a conclusão das obras nos imóveis beneficiários.

**Artigo 8.º**  
*(Vigência)*

O presente diploma entra imediatamente em vigor, e produz os seus efeitos a partir da elaboração do orçamento de 1999.

Horta, 17 de Fevereiro de 1998.

*Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD*

---

**Parecer da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais aobree o Projecto de Decreto-Lei que "Reestrutura a Carreira de Técnico-Adjunto de Serviço Social"**

A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu, na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 25 de Março de 1998, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que "reestrutura a carreira de técnico-adjunto de Serviço Social", a fim de emitir o parecer solicitado pelo Senhor Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.

**CAPÍTULO I**

Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos do nº 2, do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, e da alínea s) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

De acordo com o consignado no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na reunião participaram os representantes de todos os partidos com assento parlamentar.

**CAPÍTULO II**

Apreciação na Generalidade e Especialidade

O presente Projecto de Decreto-Lei pretende proceder ao reenquadramento da carreira de técnico-adjunto de Serviço Social, assegurando a transição dos profissionais habilitados com o curso de Auxiliares Sociais, criadas pelo Decreto-Lei nº 38884, de 28 de Agosto de 1952, que desempenhem funções correspondentes às integrantes da carreira técnica de Serviço Social transitem para lugares desta carreira.

Da apreciação feita ao documento em análise, entendeu a Comissão, por unanimidade, dar parecer favorável na generalidade e na especialidade.

Horta, 25 de Março de 1998.

**A Relatora:** *Maria de Fátima Sousa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente:** *Maria Fernanda Mendes.*

---

## **Parecer da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Estabelece condições mais favoráveis para o acesso à pensão de invalidez por parte das pessoas infectadas pelo HIV".**

A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu, na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 25 de Março de 1998, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece condições mais favoráveis para o acesso à pensão de invalidez por parte das pessoas infectadas pelo HIV", a fim de emitir o parecer solicitado pelo Senhor Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.

### **CAPÍTULO I**

#### **Enquadramento Jurídico**

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos do nº 2, do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, e da alínea s) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

De acordo com o consignado no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na reunião participaram os representantes de todos os partidos com assento parlamentar.

### **CAPÍTULO II**

#### **Apreciação na Generalidade e Especialidade**

O presente Projecto de Decreto-Lei pretende instituir um esquema de protecção social específico para as pessoas infectadas com o HIV, mediante a atribuição do direito à pensão de invalidez em condições mais favoráveis que as vigentes no regime geral de Segurança Social.

Estas condições especiais concretizam-se, nomeadamente, na redução do prazo de garantia, na forma mais favorável de cálculo da remuneração de referência e ainda na bonificação da taxa anual de formação das pensões.

Da apreciação feita ao documento em análise, entendeu a Comissão, por unanimidade, dar parecer favorável na generalidade e na especialidade.

Horta, 25 de Março de 1998.

**A Relatora:** *Maria de Fátima Sousa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente:** *Maria Fernanda Mendes.*

---

Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre o Projecto de Decreto-Lei que altera o D.L. n.º 366/90, de 24 de Novembro, relativo ao acesso do transporte público rodoviário de mercadorias.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que altera o D.L. nº 366/90, de 24 de Novembro, relativo ao acesso do transporte público rodoviário de mercadorias, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e, sobre o mesmo, emite o seguinte parecer:

## CAPÍTULO I

### Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente Projecto de Decreto de Lei enquadra-se constitucionalmente no disposto no nº 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei 40/96 de 31 de Agosto, e estatutariamente na alínea s) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei 9/87 de 26 de Março.

## CAPÍTULO II

### Apreciação na Generalidade e Especialidade

O presente projecto dá nova redacção aos artigos 8º e 9º do Decreto-Lei nº 366/90 de 24 de Novembro, revoga os regimes de zonas de transporte e de dotações de carga e estabelece, numa disposição transitória, um prazo para o cumprimento do requisito de capacidade financeira pelas empresas já licenciadas, que passam a operar em todo o território nacional.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, nada tem a opor ao presente projecto de Decreto-Lei.

Angra do Heroísmo, 23 de Março de 1998

**O Relator:** *José Élio Valadão Ventura.*

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** *Augusto António Rua Elavai.*

---

Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre o Projecto de Decreto-Lei que cria uma Comissão com o objectivo de investigar, desenvolver e apresentar uma proposta de delimitação da Plataforma Continental de Portugal.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, discutiu e analisou o Projecto de Resolução que cria uma Comissão com o objectivo de investigar, desenvolver e apresentar uma proposta de delimitação da Plataforma Continental de Portugal, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e, sobre o mesmo, emite o seguinte parecer:

## CAPÍTULO I

### Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente Projecto de Decreto de Lei enquadra-se constitucionalmente no disposto no nº 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei 40/96 de 31 de Agosto, e estatutariamente na alínea s) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei 9/87 de 26 de Março.

## CAPÍTULO II

### Apreciação na Generalidade e Especialidade

O presente Projecto de Resolução visa criar uma Comissão que está incumbida de estudar e elaborar um projecto de extensão da Plataforma Continental de Portugal para além das 200 milhas náuticas, uma vez que, de acordo com estudos e dados conhecidos, Portugal tem fundadas razões para desenvolver as acções necessárias a sustentar uma proposta de alargamento da nossa Plataforma Continental, nomeadamente nas áreas dos, assim designados, bancos da Galiza e Goringe e ao largo da vertente continental alentejana.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, nada tem a opor ao presente projecto de Decreto-Lei.

Angra do Heroísmo, 23 de Março de 1998

**O Relator:** *José Élio Valadão Ventura.*

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** *Augusto António Rua Elavai.*

---

**Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre o Projecto de Decreto-Lei que cria o Instituto Marítimo Portuário (IMP) e extingue a Direcção-Geral de Portos e Navegação e Transportes Marítimos, o Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos e o Instituto de Trabalho Portuário.**

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que cria o Instituto Marítimo Portuário (IMP) e extingue a Direcção-Geral de Portos e Navegação e Transportes Marítimos, o Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos e o Instituto de Trabalho Portuário, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e, sobre o mesmo, emite o seguinte parecer:

## CAPÍTULO I



## Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente Projecto de Decreto de Lei enquadra-se constitucionalmente no disposto no nº 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei 40/96 de 31 de Agosto, e estatutariamente na alínea s) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei 9/87 de 26 de Março.

### CAPÍTULO II

#### Apreciação na Generalidade e Especialidade

O presente projecto visa ultrapassar a dispersão das competências em matéria de segurança da navegação marítima e de regulamentação das actividades de transporte marítimo, bem como de assistência ao governo na definição de políticas sectoriais que actualmente se encontram atribuídas à Direcção Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos (DGPNTM), ao Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP) e ao Instituto do Trabalho Portuário (ITP). Com o intuito de ultrapassar a alegada dispersão pelas entidades referidas, é criado, em substituição da DGPNTM, do INPP e do ITP, um Instituto Público, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, designado Instituto Marítimo Portuário (IMP), sujeito à tutela e superintendência do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, nada tem a opor ao presente projecto de Decreto-Lei.

Angra do Heroísmo, 23 de Março de 1998

**O Relator:** *José Élio Valadão Ventura.*

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** *Augusto António Rua Elavai.*

---

#### **Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre o Projecto de Decreto-Lei que aprova o regulamento tarifário aplicável aos portos nacionais.**

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que aprova o Regulamento Tarifário aplicável aos Portos Nacionais, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e, sobre o mesmo, emite o seguinte parecer:

### CAPÍTULO I

## Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente Projecto de Decreto de Lei enquadra-se constitucionalmente no disposto no nº 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei 40/96 de 31 de Agosto, e estatutariamente na alínea s) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei 9/87 de 26 de Março.

## CAPÍTULO II

### Apreciação na Generalidade e Especialidade

O presente Projecto aprova o Regulamento do Sistema Tarifário dos portos do continente, aplicável na área de jurisdição das autoridades portuárias e regula o fornecimento de bens e a prestação dos serviços previstas nesse regulamento.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, nada tem a opor ao presente projecto de Decreto-Lei.

Angra do Heroísmo, 23 de Março de 1998

**O Relator:** *José Élio Valadão Ventura.*

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** *Augusto António Rua Elavai*

---

**A Redactora de 2.ª Classe:** *Maria da Conceição Fraga Branco.*